



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

NATHÁLIA DEZIDÉRIO RAMOS COELHO

O protagonismo da juventude da *quebrada* na construção de outros modos de ser/estar na periferia: epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência em Ceilândia – DF

BRASÍLIA

2019

NATHÁLIA DEZIDERIO RAMOS COELHO

O protagonismo da juventude da *quebrada* na construção de outros modos de ser/estar na periferia: epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência em Ceilândia – DF

Trabalho de monografia apresentado para conclusão do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de graduada.
Orientadora: Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva

BRASÍLIA

2019

NATHÁLIA DEZIDERIO RAMOS COELHO

**O protagonismo da juventude da *quebrada* na construção de ser/estar
na periferia: epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência em
Ceilândia – DF**

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Ana Tereza Reis da Silva (FE-UnB)
(Orientadora)

Professor Dr. Alessandro Roberto de Oliveira (FE-UnB)
(Examinador)

Professor Alberto Roberto Costa (SEE-DF)
(Examinador)

Aprovada em: ____/____/____

Para meus avós,
Com carinho:
Margarida, Geraldo,
Lurde e Armiro (*in memoriam*).

“Se a palavra liberta, então somos livres! E se algumas pessoas ainda não sabem, é isso que estamos fazendo: despertando os adormecidos para que todos saibam que não há mais tempo a perder, e a felicidade ainda que tardia deve ser conquistada, e que ninguém mais agradeça pelas migalhas do cotidiano. A beleza de nossas palavras que ora trilham nossas veredas brota de uma vida repleta de espinhos, mas que ninguém duvide deste perfume chamado poesia, porque é a essência da nossa revolução. Quem nunca passou por nenhum inverno não pode entender a nossa Primavera, não pode compreender o valor que é a alegria de ver cada flor que nasce, regada com lágrimas e o suor de um povo que ‘adora um Deus chamado Trabalho’, neste solo duro e nada gentil chamado Brasil.”

(Sérgio Vaz)

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o apoio em minha trajetória educativa. Primeiro à minha avó Margarida e a meu avô Geraldo, que deram todo suporte para suas filhas na criação dos netos. Sempre que precisamos, são eles que realizam esforços para que possamos conquistar o mundo.

Agradeço também à minha mãe, Cristiane, que sempre disse que eu iria ingressar na UnB, mesmo que eu não entendesse muito bem o que era a UnB. Foram muitas as vezes que neguei essa trajetória, por realmente não acreditar que poderia ser uma possibilidade em minha vida.

Meu muito obrigada à minha tia Cláudia, que foi uma segunda mãe para mim, e sempre participou da minha educação. Por todas as noites que, enquanto ela cozinhava o jantar, me ajudava a interpretar os textos da escola e a refletir sobre as questões da vida. Agradeço também por ter sido uma inspiração desde quando me falava desse tal de Paulo Freire e sua Pedagogia da Libertação.

Minha gratidão aos amigos que me apoiaram nessa caminhada que foi a Universidade de Brasília, lugar de descobertas e aprendizados que extrapolam as salas de aula. À Adriana e à Alexandra, que me proporcionaram momentos de reflexão, compreensão e carinho para levar esse ano tão difícil para todos nós.

Sou muito grata e feliz por ter encontrado na academia professoras, mulheres fortes, que resistem aos modelos hegemônicos de educação, dialogando com os/as estudantes, nos apresentando outras oportunidades de construção do conhecimento: Fátima Vidal, Alexandra Militão e Ana Tereza. Mulheres que me inspiram e são grande potência alegre para os/as educandos/as de suas salas de aula, essas, sem muros e nem fileiras disciplinadoras.

Tenho muito a agradecer à professora Ana Tereza pela paciência na orientação deste trabalho, acolhendo minhas dúvidas e questões que já pairavam em minha cabeça desde o ano de 2018 e que fizeram sentido com as leituras indicadas nas aulas da

disciplina de Fundamentos da Educação Ambiental. Foi nas aulas da Ana que comecei a refletir criticamente sobre a profundidade das questões ambientais.

Ao Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia, escola que acredita na possibilidade dos estudantes das escolas públicas ingressarem na Universidade Federal. Certamente, foi no CEM 09 onde os sonhos foram traçados.

Agradeço à Ray, coordenadora do Jovem de Expressão, pelo apoio neste trabalho e por me receber em seu lindo território de resistência, sempre com carinho e doçura encantadores que somente ela tem.

Minha mais profunda gratidão às *manas* da Casa Acotirene, em especial à Joyce, que sempre me recebe com carinho e cuidado na casinha. Sua força e delicadeza nas abordagens entre as pessoas que transitam pela casa são de tamanha gentileza.

Devo meu muito obrigada à juventude ceilandense, minha *quebrada*, por me mostrarem o quanto temos resistido e nos reinventado em meio às adversidades que nos colocaram. Agradeço a essas e a esses protagonistas pelas narrativas e contribuições com este trabalho.

RESUMO

Quais epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência as periferias têm produzido? Este trabalho pretende compreender como os espaços de resistência na periferia surgem, como eles funcionam e o que mobiliza os coletivos na construção de outros modos de ser/estar na *quebrada*. O principal objetivo deste trabalho é compreender as epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência presentes em Ceilândia. Busco realizar uma discussão sobre a política de segregação e “higienização espacial” no Distrito Federal, realizada a partir da Campanha de Erradicação de Invasões, e sua relação com injustiças ambientais e o racismo ambiental. Trago as reflexões críticas sobre pedagogias outras, construídas na periferia, dentro dos territórios de resistência. O percurso metodológico foi realizado em diálogo com esses territórios e coletivos, que fazem parte do meu viver cotidiano em Ceilândia. Desse modo, pude entender as suas ações de luta e o que mobiliza a juventude na subversão da lógica hegemônica.

Palavras-chave: protagonismo da juventude; quebrada; periferia; epistemologias ecológicas; pedagogias de resistência.

ABSTRACT

Which ecological epistemologies and resistance pedagogies peripheries have been producing? This work intends to understand how peripheral resistance spaces arise, how they function and what mobilize the collective in the construction of other ways of been in the *quebrada*. The work's main goal is comprehending the ecological epistemologies and resistance pedagogies in Ceilândia. I search to build a debate about segregation politics and "space cleaning" (gentrification) in Federal District, conducted by Invasions Erradication Company, and its relation to environmental injustices and environmental racism. I bring critical reflections about other pedagogies builded in the peripheries, inside the resistance territories. The methodological approach was made through dialogue with these territories and collective, these are part of my everyday life in Ceilândia. Therefore, I was able to understand their struggle actions and what mobilizes youths in hegemonical logic subversion.

Key-words: youth protagonism; quebrada; periphery; ecological epistemologies; resistance pedagogies

SUMÁRIO

1 ABERTURA.....	12
1.1 ESCRIVIVÊNCIA E LUGAR DE FALA.....	12
2 CEILÂNDIA, POLÍTICA DE SEGREGAÇÃO DO ESTADO E TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA.....	20
3 INJUSTIÇA E RACISMO AMBIENTAL NA PERIFERIA.....	30
4 EPISTEMOLOGIAS ECOLÓGICAS E PEDAGOGIAS DE RESISTÊNCIA.....	37
5 PROCESSOS EPISTÊMICOS DAS VIVÊNCIAS NA QUEBRADA.....	46
5.1 DIALOGANDO COM OS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA.....	47
CASA ACOTIRENE.....	47
JOVEM DE EXPRESSÃO.....	59
5.2 DIALOGANDO COM OS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA.....	68
FILHAS DA TERRA.....	68
OCUPA CACHU SOL NASCENTE.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	81

LISTA DE ABREVIações

SLU	Serviço de Limpeza Urbana
DF	Distrito Federal
CEI	Ceilândia
PLANIDRO	Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da População
EPCT	Estrada Parque Contorno
CONANE	Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação
PEV	Pontos de Entrega Voluntária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ceilândia – por Benjamin Grant, 2016.....	21
Figura 2. Ceilândia, década de 70 – de Arquivo Público do DF. Error! Bookmark not defined.	
Figura 3. Centro de Ceilândia, 1970 – de Arquivo Público Comunitário.....	24
Figura 4. Ceilândia, década de 70 – de Arquivo Público do DF.	26
Figura 5. Mapa da Ceilândia – Casa Acotirene	28
Figura 6. Mapa da Ceilândia – Jovem de Expressão	29
Figura 7. Sol Nascente – por Talia, 2019	33
Figura 8. Sol Nascente – por Talia, 2019	Error! Bookmark not defined.
Figura 9. Roda de conversa sobre empregabilidade LGBT – por Casa Acotirene, 2019	49
Figura 10. Encontro de brechós – por Casa Acotirene, 2019.....	50
Figura 11. Sarau Afroafeto – por Casa Acotirene, 2019.....	53
Figura 12. Sarau Afroafeto – por Casa Acotirene, 2019 Error! Bookmark not defined.	
Figura 13. Roda de Conversa sobre ancestralidade com mãe Francisca de Oyá – por Casa Acotirene, 2019.....	56
Figura 14. Roda sobre escrevivências com a escritora Carolina Souza – por Casa Acotirene, 2019	56
Figura 15. Roda sobre visibilidade trans e não-binária - por Casa Acotirene, 2019..	57
Figura 16. Casa Acotirene – por Nathália Dezidério, 2019	58
Figura 17. Casa Acotirene – por Nathália Dezidério, 2019 Error! Bookmark not defined.	
Figura 18. Casa Acotirene – por Nathália Dezidério, 2019 Error! Bookmark not defined.	
Figura 19. Casa Acotirene – por Nathália Dezidério, 2019 Error! Bookmark not defined.	
Figura 20. Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão – por Gúrias na Mídia, 2019	65
Figura 21. Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão – por Gúrias na Mídia, 2019	Error! Bookmark not defined.

Figura 22. Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão - por Gúrias na Mídia, 2019	Error! Bookmark not defined.
Figura 23. Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão – por Gúrias na Mídia, 2019	Error! Bookmark not defined.
Figura 24. Roda de Conversa sobre Masculinidade tóxica - por Jovem de Expressão, 2019	Error! Bookmark not defined.
Figura 25. Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente – por Coletivo Filhas da Terra, 2019.....	70
Figura 26. Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente – Imagem por Coletivo Filhas da Terra, 2019.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 27. Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente – por Coletivo Filhas da Terra, 2019	Error! Bookmark not defined.
Figura 28. Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente – por Coletivo Filhas da Terra, 2019	Error! Bookmark not defined.
Figura 29. Sol Nascente – por Talia – Ocupa Cachu Sol Nascente, 2019	76
Figura 30. Sol Nascente – por Talia – Ocupa Cachu Sol Nascente, 2019	Error! Bookmark not defined.

1. ABERTURA

1.1 ESCRIVIVÊNCIA E LUGAR DE FALA

Sou uma questionadora. Desde criança não me contentava com o que estava posto e isso me rendeu até uma má fama. Criança rebelde, aluna problema. A minha rebeldia era por direitos. Direito de não ser punida e ver meus colegas sendo punidos por sermos simplesmente crianças. A punição? Advertências, cinto, ficar de joelho no milho, suspensão. E foi aí, justamente por passar por diversas situações de constrangimento na vida escolar, como racismo e violência simbólica por parte dos professores, que resolvi me formar como uma educadora: para transgredir as grades da escola. Inclusive, enfrentei estereótipo de que escola pública, ainda mais em Ceilândia, só pode ser sem qualidade em todos os quesitos.

Acontece que não é bem assim que as coisas funcionam na *quebrada*. Pode até ter sido, um tempo atrás, mas as coisas mudaram. Ceilândia vive, resiste e vários estudantes que saíram dessas escolas públicas marginalizadas têm construído novas práticas educativas e uma comunidade muito mais viva e pulsante. Ceilândia não é tiro e não é cinza. Ceilândia é verde. Ceilândia tem as cores do grafite.

Foi na Universidade que eu pude *colocar para fora* todas as questões que pairavam sobre minha cabeça e que me tocavam todos os dias. Sou uma *escorpiana* extremamente sensível com as desigualdades sociais, vivenciadas todos os dias ao pegar dois ônibus para chegar na Universidade de Brasília, na correria da Rodoviária do Plano Piloto e nas moedas contadas para almoçar no Restaurante Universitário. Foi dentro do espaço da Universidade que eu aceitei meu cabelo cacheado e me afirmei como mulher negra. Nunca tive dúvidas de que eu não era branca, mas ainda não tinha me reconhecido como negra.

Sou grata por fazer parte de um espaço no qual pude encontrar aprendizados que pudessem me ajudar a entender melhor todos os debates na minha cabeça e entre amigos. Para uma garota de um bairro (até brinco que parece um bairrinho do interior), ir para o mundo da universidade foi libertador. Aqui na UnB, pude ver meus sonhos se tornarem reais.

E não, eu não sou mais uma sofredora que venceu na vida por meio dos estudos. Apenas busquei o meu espaço de direito. É verdade que foi graças às

políticas públicas do governo Lula e Dilma que pudemos ver a universidade pública como possibilidade. A democratização do acesso e da permanência é resultado de uma luta histórica dos movimentos sociais e das classes subalternizadas, encontrando um governo sensibilizado com as causas sociais. Não reconheço o atual presidente Bolsonaro e como pedagoga me posiciono contra os cortes de recursos financeiros e, junto a eles, a desvalorização da pesquisa científica, realizadas por seu governo. Também não me sinto representada por seu discurso misógino, racista e homofóbico. Seu governo vai na contramão de uma educação crítica e libertadora, por terem visto, nos últimos anos, as camadas populares saírem de suas situações oprimidas e conquistado espaços que lhes foram negadas.

Minha escolha pelo curso de Pedagogia se deu justamente pela inquietude a respeito da escola, uma escola que, a meu ver, lembrava mais uma penitenciária. Durante toda minha trajetória escolar eu fui aquele estereótipo de aluna rebelde e inconformada com a educação, o que me garantiu várias punições e conflitos com professores. Fui desafiada, portanto, durante um PIBIC – Ensino Médio, a ingressar na Pedagogia para repensar o sistema educativo que eu sempre critiquei.

O engraçado disso tudo é que achei a academia muito *careta* e não conseguia ainda encontrar um caminho no qual eu pudesse questionar e pensar alternativas para o sistema de ensino escolar. Nessas minhas buscas, conheci a professora Fátima Vidal e os projetos de extensão Autonomia e Semillero. Foram nesses projetos e com muito brilho no olhar ao escutar as falas da Fátima, Alexandra e Simone que consegui encontrar os caminhos que eu gostaria de seguir na educação, quer fosse dentro de uma sala de aula, quer fosse em outros espaços.

O projeto Autonomia é um projeto de extensão que reúne educadores e práticas educacionais alternativas com objetivo de construirmos juntos uma outra comunidade escolar. Escola alegre e que reconheça todos os espaços como educativos, pensando uma educação que possibilite a verdadeira autonomia das crianças, o direito ao brincar, a construção de dispositivos para uma aprendizagem que não exclua os conhecimentos prévios das crianças e escute suas vozes. O projeto Semillero, por sua vez, tem também em sua raiz pensar novas práticas de educação, além de apresentar um intercâmbio radical no Chile e na Colômbia, que é realizado buscando proporcionar a experiência de ser o outro: na língua, na cultura e na formação acadêmica.

Em seguida, encontrei por indicações de colegas a disciplina de Fundamentos da Educação Ambiental, mediada pela professora Ana Tereza, e vi nela uma possibilidade de melhorar minha formação como educadora. Quando colegas me disseram sobre a disciplina e sua abordagem diferenciada das outras disciplinas de educação ambiental, fiquei muito animada e motivada com o curso. Confesso que em um dado momento achei as leituras difíceis pelo seu nível de aprofundamento, então me esforcei para compreender a literatura e vi que nossos debates em sala faziam total sentido para mim, principalmente quando me deparei com a discussão acerca da Natureza. Costumamos afastar a Natureza de nós, humanos, como se fosse algo isolado, e algumas abordagens de educação ambiental fortalecem esse distanciamento, sobretudo quando tratamos a educação ambiental como *preservação do meio ambiente*; o próprio termo *meio ambiente* sugere essa separação. Separação muito marcada pela racionalidade moderna, a qual coloca o humano como detentor da razão, do conhecimento, de toda a agência no mundo e como dominador dos seres não humanos.

Também fez todo o sentido para mim a discussão acerca da crise civilizatória que vivemos. Entendi que os problemas ambientais são consequências dessa crise, mantida pelo sistema capitalista vigente, que coloniza o ser e o saber e que coloca o conhecimento científico eurocêntrico como único verdadeiro. Dessa forma, o capitalismo nos coloniza objetivando a manutenção do sistema de dominação, que retira as terras dos povos indígenas e quilombolas e mantém as comunidades pobres e periféricas dominadas e afastadas de uma vida mais digna.

O próprio capitalismo se apoderou do discurso de sustentabilidade como resolução e minimização dos problemas ambientais, quando na verdade nesse modelo de desenvolvimento econômico fica quase impossível de resolver os problemas ambientais. Trata a Natureza como recurso, nos separa de uma relação de alteridade com a Natureza, principalmente ao tirar os povos indígenas, povos tradicionais, camponeses e quilombolas de seus territórios.

Consoante a isso, minha atuação em educação ambiental teve início no Museu de Limpeza Urbana do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, um museu um tanto pitoresco com vários objetos que foram encontrados na própria Usina de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos. Brinquedos, celulares, máquina de costura, notas de dinheiro, livros: objetos dos mais diferentes tipos encontrados por garis e catadores. Acredito que o objetivo do museu seja de mostrar o nosso consumo

exagerado dos últimos anos e o descarte inadequado, ambos desencadeados pelo fenômeno da obsolescência programada e perceptiva.

Na sequência, saí do Museu para trabalhar com educação ambiental na Assessoria de Gestão Ambiental, atual Assessoria de Comunicação e Mobilização. A partir dali, vivenciei alguns processos de questionamentos das abordagens na educação ambiental, sempre marcadas por um discurso de sustentabilidade, que não leva em consideração a crise civilizatória e o modelo de desenvolvimento no qual vivemos. De todo modo, isso não me espantou muito, por se tratar de uma autarquia governamental.

Mesmo em meio a todas as críticas das abordagens de educação ambiental do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, resolvi continuar nessa linha de trabalho como uma educadora ambiental, embora procurasse dentro da academia aprendizados que pudessem me dar respostas para as experiências que vivi. Desde o começo da graduação, foi preciso procurar dentro da Faculdade de Educação professores/as que me ajudassem a encontrar sentidos nessas buscas.

Em meio a isso tudo, tenho atuado como educadora ambiental na Horta Comunitária do Guará, o que fortalece minha identidade como educadora ambiental e permite me aprofundar e pensar na mediação de oficinas com as crianças. A cada duas semanas, as famílias vão à Horta, que fica em uma área do posto de saúde, realizar a colheita e o plantio. Ao lado da horta há um Centro de Educação Ambiental, e eu fui convidada a realizar um trabalho voluntário com as crianças e ser líder comunitária do Centro de Educação Ambiental com propósito de fomentar a gestão do espaço. Um dos motivos para o convite foi a dificuldade de algumas famílias em frequentar a Horta por estarem com suas crianças no sábado de manhã. De acordo com a coordenadora, as mais interessadas em participar do mutirão na Horta são mulheres mães de crianças pequenas.

Na Horta tenho liberdade para planejar as atividades para e com as crianças. Geralmente cada encontro na Horta tem uma temática abordada durante o lanche coletivo. Em datas comemorativas, como Dia da Mulher e Dia Mundial da Água, acabam me pedindo para também realizar uma atividade que se relaciona ao tema em questão, mas no geral é bem livre. Procuro fazer com que as atividades sejam dentro da sala de aula e do lado de fora também, de modo a realizar atividades na colheita e no plantio, onde exercitamos a observação sensorial ao sentir o cheiro das

plantas, tocar a terra, conhecer os insetos e comer as frutas, atividades essas muito importantes para a sensibilização e autonomia das crianças.

Na dinâmica da Horta Comunitária do Guará, tento me inteirar mais da questão de produção de alimentos orgânicos e da importância dessa autonomia alimentar para o combate da fome, pobreza e injustiça social. Comecei a realizar um exercício de observação na Ceilândia à procura de jardins e hortas feitas pelos próprios moradores. E ao ler *O menino do dedo verde*, de Maurice Druon, me senti bastante sensibilizada pela parte na qual Tistu faz crescer muitas flores dentro de uma favela e essa favela consegue se reerguer e sobreviver, buscando criativamente formas de resistir à miséria que incomodava Tistu. Refleti a respeito de como os espaços verdes, gestão de resíduos sólidos e acesso a uma alimentação de qualidade são importantes para termos mais qualidade de vida, e como políticas públicas que tratam destes temas chegam pouco às periferias.

A população periférica sempre esteve vulnerável no que diz respeito à saúde mental, alimentação saudável e gestão ambiental. É importante compreender que buscar atividades para saúde mental e comer alimentos que realmente nutram nossos corpos não devem ser consideradas práticas das elites econômicas. Deve-se pensar a gestão de resíduos com mais consciência, mantendo nossa cidade limpa e saber que as hortas comunitárias e os jardins urbanos têm um poder de transformação que vai além da aparência: envolve viver em um ambiente saudável e agradável.

Digo isso pois a união da arte de rua com a limpeza da cidade e a manutenção dos espaços verdes junto aos projetos culturais, o envolvimento nas discussões sobre alimentação saudável bem como cuidados psicológicos são fundamentais para termos uma *quebrada* autônoma, menos consumista e mais feliz. Para mim, isso é pensar em outros modos de viver nas periferias, e precisamos começar nos locais de maior vulnerabilidade social. Os mantenedores do sistema querem que a gente coma mal e adoça mais. Querem que a gente mantenha a nossa cidade feia para justificar seus preconceitos. Querem que a gente caia no estereótipo de usuários de drogas, bagunceiros e com a *cabeça fraca*. Querem nos matar de várias formas.

Por um lado, percebemos o contraste quando observamos outra paisagem: o Plano Piloto é muito arborizado, com parques bonitos e bem estruturados. As pessoas que moram lá têm acesso a mais informações a respeito de uma alimentação saudável, têm espaços de convivência agradáveis nas duas asas do avião e sua população vive na cidade que é considerada como a de melhor qualidade de vida. Em

contrapartida, as demais regiões administrativas do Distrito Federal são tratadas pela mídia e por quem não as conhece como desorganizadas, lugar de *bandidagem*, lugar feio e cinza, além de vários outros estereótipos visando à marginalização desses espaços, dentre os quais está a Ceilândia.

Vale ressaltar que em Ceilândia existem alguns projetos na área sociocultural, um deles é o Jovem de Expressão, na Praça do Cidadão. O projeto oferece à juventude um espaço dialógico aberto, eventos culturais, rodas de conversa sobre diversas temáticas que permeiam a população periférica, como questões de negritude, saúde mental, gestão financeira, entre outros temas. No Jovem de Expressão também ocorrem oficinas em diversas áreas, sobretudo para a produção e formação cultural, como teatro, grafite, *rap*, maracatu, *roadie*, produção de eventos, etc.

Outro projeto muito querido em Ceilândia é a Casa Acotirene, onde moram mulheres negras e LGBTQI'+, que acolhem na casa outras mulheres negras e LGBTQI'+, oferecendo abertura para experiências socioculturais no âmbito da arte e da formação sociocultural. A casa, criada como um quilombo urbano, também tem como objetivo principal fortalecer o movimento negro feminista. Já se chamou Casa Ipê, mas como passam várias pessoas e coletivos com ideologias e princípios diferentes, a casa passou por mudanças e hoje é a Acotirene¹, o nome da conselheira dos palmarinos. Como bem colocam as meninas da casa, é também um *salve* a nossa ancestralidade. São várias as atividades culturais e rodas de conversa na casa, e a mais conhecida é um sarau que acontece toda quarta-feira; espaço com palco aberto para música, poesia, instalações e performances artísticas.

Além disso, em Ceilândia existe um coletivo que foca especificamente nas questões socioambientais, o Coletivo Filhas da Terra, coletivo de mulheres com o objetivo de fomentar a educação e discussão ambiental no Distrito Federal. É importante pontuar que esses projetos se cruzam; o próprio Coletivo Filhas da Terra participou do programa Le Cria, o laboratório de empreendimentos criativos do Jovem de Expressão. Ainda, pude participar de uma tarde com as meninas do Coletivo Filhas da Terra, na praça do Cidadão, onde realizamos o paisagismo dentro da sala do Jovem de Expressão e construímos *bituqueiras* (coletores de bituca de cigarro) para a Praça do Cidadão, onde se situa o projeto.

¹ Acotirene foi uma liderança do Quilombo dos Palmares, era conselheira dos negros refugiados e considerada matriarca no Quilombo

Frequentando os eventos culturais na cidade, saraus, oficinas e festas, pude conversar com uma parte da juventude sobre a temática socioambiental, e algumas pessoas se mostraram muito interessadas, em sua maioria mulheres. Ainda percebo uma dificuldade de entrar no diálogo sobre a gestão dos resíduos sólidos e de uma vida com menos lixo para os jovens da *quebrada*. Falar sobre consumo para a juventude da *quebrada*, sendo eu também dela, exige delicadeza, pois pessoalmente não tenho grandes desejos de consumo. No entanto, uma parte dos jovens tem desejos e quer realizá-los, devido à relação de poder e *status* social que a publicidade causa nas pessoas, sobretudo em quem não tem acesso a esses bens de consumo como a juventude pobre, relação essa que é fruto do racismo e da desigualdade social.

Então, nessa vida de pesquisadora das questões que tocam meu coração, permeando a minha existência e minha identidade como educadora, pergunto: quais epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência as periferias têm produzido?

Quero compreender como esses espaços surgem, como eles funcionam e o que mobiliza os coletivos na construção dessas formas alternativas de viver; identificar os sujeitos desses processos e também os territórios nos quais eles ocorrem. Isto é, busco identificar e analisar essas outras ecologias, outras pedagogias e outras espitemes para entender como elas são construídas do e no próprio ato subversivo e transgressor de imaginar um outro modo de viver em lugares estigmatizados pela lógica hegemônica como expressão da feiura, da pobreza e da violência. Lugares estigmatizados pelo que falta ou é produzido como ausente e não pelo que expressam enquanto potência, alternativa e resistência.

As reflexões que deram origem a este trabalho surgiram quando eu estava no ônibus, refletindo a respeito das discussões sobre sociedade do bem-viver, partindo de alguns grupos políticos. Junto a isso, também pensava sobre o que algumas pessoas têm apresentado sobre agrofloresta e bioconstrução. Questionava criticamente o afastamento das periferias desses espaços, mas percebi que algumas pessoas da própria Ceilândia fomentam esses processos e facilitam processos ecológicos que extrapolam o âmbito da ecologia, partindo para o viés de uma educação crítica radical, rompendo com a lógica hegemônica.

Portanto, este trabalho está organizado em cinco seções. Na primeira, esta que ora se lê, apresento meu lugar de fala e meu engajamento político com a *quebrada* – meu território – e a partir dessa articulação apresento meu tema/problema de pesquisa. Em seguida, traço a história da Ceilândia – o *locus* da pesquisa – e das

políticas de segregação espacial realizadas pelo Estado, durante e após a construção de Brasília. Depois, realizo uma reflexão crítica sobre injustiça e racismo ambiental na periferia. Busco fundamentar minha pesquisa em diálogo com autores que discutem a crise civilizatória, os binarismos criados pela racionalidade-moderna, a importância da interculturalidade crítica para a educação ambiental e as práticas pedagógicas libertadoras e transgressoras. Por fim, comunico a minha caminhada metodológica e diálogos com os territórios e coletivos de resistência.

2. CEILÂNDIA, POLÍTICA DE SEGREGAÇÃO DO ESTADO E TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Meu *locus* de pesquisa é a comunidade de Ceilândia, e trago a letra da música “Foi na Ceilândia”, do grupo de *rap* Liberdade Condicional (2000), que traz a realidade da comunidade, da nossa história, da divisão dos bairros, do marco cultural, do orgulho de ser ceilandense e a marcação da expressão *quebrada*:

Foi na Ceilândia, minha quebrada
É na Ceilândia, a minha casa
Ceilândia, reunião de favelas, mas aí, cresceu, virou cidade
Quem mora na quebra tem orgulho no peito de morar aqui.

Foi na Ceilândia
Onde eu nasci e me criei
De pouco a pouco fui me inteirando com suas leis.
Pra quem não bota fé, nossa city tá de pé

Da Vila do IAPI, quebra de rocha é a CEI
Devagarinho, desde o início foi ganhando suas formas
Ceilândia Sul, Ceilândia Norte e também Guariroba
P-Sul, P-Norte, Setor bolinha e a expansão do Setor O
Do Privê, QNQ, QNR, vejam só

Altos campos de futebol, felicidade pra gente,
Também tem o Pôr do Sol e a favela Sol Nascente
Seus habitantes já ultrapassam dos 600 mil
Tem gente do Nordeste e de todo o Brasil

Foi na Ceilândia que eu aprendi a dançar e curtir,
Com os b-boy da DF Zulu
E a rapaziada das antigueras do hip hop a old school do quarentão, Bernardo
Sayão agitava o final de semana de vários irmãos
Ceilândia atualmente toda grafitada, toda enfeitada

Salve salve aí Cabala, que está sempre por aqui enfeitando a nossa casa
(...)
E junto com a evolução, altos arranha céu.
A famosa Ceilândia, representa o seu papel.

Foi na Ceilândia onde tudo começou na real,
Hoje pra muitos e pra nós é o berço do rap nacional
(...)
Ceilândia aos poucos km da Capital

Apesar de ser muito discriminada
Já trouxe e trará muitos frutos bons nessa caminhada.
Agradecemos ao criador dos céus e da terra por também ter feito a Ceilândia

Nossa amada quebrada

Esse *rap* representa muito mais o que é a Ceilândia e sua história do que a imagem que a mídia muitas vezes passa e o reducionismo de que a CEI² tem como carga cultural mais marcante a cultura nordestina. De fato, vários nordestinos que vieram trabalhar nas obras de Brasília foram se aglomerando nas chamadas invasões, incentivados pelo governo. E a cultura nordestina está, sim, presente na cidade, sejam com os moradores e nos espaços como a Casa do Cantador e na própria feira da cidade. Além disso, Ceilândia também é muito marcada pelo *rap*, pela dança de rua, por poetas e skatistas. *Rolês* culturais estes que se fazem pela presença e protagonismo da juventude da cidade.



Figura 1 — Ceilândia. Benjamin Grant. 2016.

Brasília foi construída a partir de uma visão desenvolvimentista com intuito de se constituir no Brasil uma cidade moderna, pensada justamente por uma urbanização positivista e racionalista de cidade modelo, onde as moradias pudessem vir a ser verdadeiras máquinas de morar. Cidade também em que a ordem prevalecesse como podemos ver nas divisões setoriais, nas superquadras e nos grandes eixos feitos para

² Campanha de Erradicação de Invasões; sigla que deu origem ao nome da cidade. Hoje, é usada também para se referir à cidade de maneira abreviada.

os fluxos de veículos. Acontece que as chamadas cidades-satélites romperam com esse planejamento racionalista e ordenador, o qual colocava o urbanismo modernista como o que pudesse sanar os problemas urbanos. Como aponta (OLIVEIRA 2008), o discurso modernista se escondendo por trás de um racionalismo sectário mascarava as suas intenções verdadeiras de instrumentalizar o espaço e inseri-lo na lógica mercadológica a serviço do capital.

A crença era de que os migrantes retornassem para suas cidades ou fossem trabalhar no campo em torno da Capital. Contudo, o que houve foi um grande crescimento populacional e como consequência dele, não havendo locais de moradia para todos/as. Os candangos, como foram chamados os construtores de Brasília, construíram suas casas, conhecidas como *barracões*, nos arredores da Capital, constituindo favelas no Planalto Central. Sabemos que pouco se discutiu sobre os direitos dos trabalhadores na construção de Brasília, seus direitos a moradias, acesso à saúde, alimentação e segurança no trabalho.

Dessa forma, práticas de segregação socioespacial foram realizadas em Brasília, a partir de uma política amparada justamente pela ordem moderna e vivenciadas em práticas racionalistas-tecnocratas (OLIVEIRA 2008). Essas práticas tiveram como fundamento a Estrada Parque Contorno (EPCT) e o Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da População (PLANIDRO). A EPCT foi uma exigência para o ganhador do projeto urbanístico da capital, Lúcio Costa, sendo uma via que circundasse o Lago Paranoá, garantindo um limite físico com o intuito de preservação ambiental, tornando-se um anel sanitário de Brasília. E foi em virtude do PLANIDRO que se recomendava a não ocupação de terrenos na bacia do Paranoá, argumentando que a ocupação de terrenos em suas proximidades poderia contaminar o Lago Paranoá. O PLANIDRO contribuiu para a remoção dos moradores de baixa renda de locais próximos ao Plano Piloto.

Os apontamentos de práticas de segregação socioespacial promovida pelo Estado nos indicam uma clara força política que se configura uma relação de não socialização entre as classes de Brasília, que acaba por deixar transparecer o forte caráter da desigualdade social típica do Brasil no novíssimo espaço urbano da Capital Federal (Tony Marcelo, OLIVEIRA, 2008, p. 58).

Consideramos que a EPCT e o PLANIDRO configuram-se como políticas segregacionistas e higienistas no Distrito Federal, uma justificativa enganadora que levou à expulsão da população pobre de áreas próximas ao Plano Piloto, sendo essas

áreas hoje consideradas nobres e locais de moradia da elite econômica do Distrito Federal, como o Setor de Mansões do Park Way, Lago Sul e Lago Norte.

O Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados (CAMPOS 1988, *apud* OLIVEIRA, 2008). Além de provocar a migração e o surgimento das cidades-satélites, a narrativa *oficial* sobre a construção de Brasília ignora completamente as comunidades que já existiam aqui. Já havia antes mesmo da inauguração de Brasília a desativação e remoção de obras e a erradicação de favelas, em resposta ao PLANIDRO, sendo as primeiras cidades-satélites Sobradinho e Gama.

A Vila IAPI, localizada a cerca de 15km da Capital, foi um desses lugares de transferência dos moradores do Plano Piloto considerados invasores, com o mesmo discurso de proteger o local do adensamento populacional. A consequência disso foi a aglomeração de várias vilas, originando o então chamado Complexo IAPI, a maior favela do Distrito Federal à época, que era composta por 12.000 barracos e uma população de 82.000 pessoas (GOUVÊA 1995, *apud* OLIVEIRA, 2008). Foi a retirada da população dessa vila e o assentamento dos moradores em um local a 30km de Brasília que originou a Ceilândia, nome dado por meio da sigla C.E.I (Campanha de Erradicação de Invasões) em 27 de março de 1979. A Campanha de Erradicação de Invasões, como é contada, não surgiu apenas como uma preocupação de resolução de um problema social e, sim, como sugere o próprio nome, para arrancar pela raiz os novos bairros que estavam surgindo e que, segundo a narrativa *oficial*, estavam contaminando córregos e provocando danos ambientais.

Devemos também considerar que a Vila IAPI dispunha de espaçamento igualitário dos barracos, arborização, água para a higienização e necessidades básicas. Ainda, a retirada dos moradores da Vila foi feita de forma violenta e contra a vontade de seus moradores já acostumados com a dinâmica de vida na comunidade. Foi um processo violento por parte do Estado por meio de várias instâncias governamentais, entre elas a Assistência Social, para convencimento da população.



Figura 2 — *Ceilândia*. Arquivo público do DF. Década de 70.



Figura 2 — *Centro de Ceilândia*. Arquivo Público Comunitário. 1970.

A implementação da Campanha de Erradicação de Invasões também teve como respaldo o próprio Plano Diretor de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, que afirmava: “Deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Capital promover, dentro do esquema

proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população”. Aqui, o que vemos é que manter a população pobre próxima à capital romperia com todo o projeto urbanístico e arquitetônico modernista e racionalista da capital.

A constituição das cidades-satélites no DF, sobretudo da cidade de Ceilândia, escancara a desigualdade social no Distrito Federal, onde existe uma grande centralização no Plano Piloto, que virou centro das outras cidades que giram em torno dele. Colocar essas cidades como satélites ou cidades do entorno marginaliza as comunidades e seus moradores.

O Estado pouco se importou com a qualidade de vida dos moradores favelados, sendo os mesmos taxados pelos agentes governamentais como invasores. O intuito de desqualificar e deslegitimar resistências em busca da fixação dos “invasores” em áreas abastecidas pelo mobiliário urbano e próximo ao Plano Piloto era claro. Tal fato nos leva a acreditar que, manter os favelados no IAPI facilitaria a inserção social desses cidadãos de baixa renda (Tony Marcelo, OLIVEIRA, 2008, p. 64).

As periferias no Distrito Federal não são periferias como as de outras cidades grandes, e verificamos isso por suas estruturas geográficas. São periferias planas e com uma organização também ordenadora e com lógica racionalista devido aos assentamentos demarcados. Elas se constituem como periferias ao serem marginalizadas e subalternizadas ao Plano Piloto, e isso pode ser verificado a partir do Plano Diretor, citado acima, como uma política de remoção diferenciada na qual continuasse a prevalecer a ordem moderna, por meio da concessão de terras aos moradores da Vila e criação de uma cidade, considerada um lugar onde os moradores teriam melhor qualidade de vida.

Vale ressaltar a tentativa governamental em conduzir em Brasília um processo de remoção diferenciado das políticas oficializadas pelo Estado brasileiro, indicando uma tentativa de mudança aos modelos de cidade “arcaicos”. Pode ser compreendido como uma forma de manter fidelidade aos preceitos modernos envolvidos na formação da cidade, mas também, aparentemente, disposta a contribuir em melhorias sociais aos favelados (Tony Marcelo, OLIVEIRA, 2008, p. 68).



Figura 3 — *Ceilândia*. Arquivo Público do DF. 1970.

No início, Ceilândia era poeira e lama, sem árvores e com muita escassez de água. Com os problemas do isolamento espacial e social e queda na renda da população, em consequência do desemprego gerado pela distância das outras cidades, aumentou-se o índice de violência, e Ceilândia se tornou a cidade com maior criminalidade dentro do Distrito Federal e com significativa diminuição na qualidade de vida de seus moradores. De acordo com (OLIVEIRA 2008), pode-se ver que o planejamento racionalista atrelado à acumulação capitalista, via mercado imobiliário, pouco se importou com os anseios e sonhos da população de baixa renda designada como invasora, contribuindo para a degradação socioespacial da população de baixa renda.

Apesar disso, Ceilândia resistiu, cresceu e é a maior cidade do Distrito Federal, com uma população de 432.927 habitantes, de acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2018), e a partir da luta por direitos e moradias conquistou algumas políticas públicas importantes. A cidade cresceu e, embora conte com muitas escolas, tem apenas uma UPA e um hospital público. Ainda somos marginalizados em relação ao Plano Piloto, onde encontram-se maiores oportunidades de emprego e, no caso dos estudantes, onde há maior quantidade de vagas e de cursos oferecidos pela Universidade Brasília. É fato que

muitos de nós precisam voltar à sua vida em direção ao Plano Piloto em busca de melhores oportunidades.

Hoje, Ceilândia tem arborização e algumas áreas verdes, mas existem terrenos ociosos dentro da cidade, usados para descarte incorreto de lixo. Depois da poeira, veio o concreto. Árvores foram cortadas das frentes das casas e trocadas por cimento e cerâmica. Podemos verificar que na periferia as crianças ainda usam mais as praças, campos e ruas para brincadeiras. Eles estão nas ruas soltando pipas, andando de bicicleta, subindo em árvores, jogando bola, conversando nas praças e nas portas de casa.

Meu *locus* de pesquisa em Ceilândia se faz nos espaços onde eu circulo e participo como parte da comunidade e como educadora. Espaços protagonistas em construções coletivas de resistência, espaços vividos para os quais levo os conhecimentos aprendidos na Universidade. Os dois espaços físicos de resistência, objetos desta pesquisa, são a Casa Acotirene e o Jovem de Expressão, ambos localizados em Ceilândia Norte.

A Casa Acotirene é uma casa localizada na QNN 23, conjunto J de Ceilândia Norte. Na casa moram mulheres negras, cada uma em um apartamento alugado da casa. A casa tem uma área grande o que permite promover um bom espaço de convivência. Existem coletivos que transformam suas casas em espaços culturais e a casa se faz a partir da construção e das ideologias partilhadas entre suas moradoras. A Casa Acotirene é um quilombo urbano e um espaço de acolhimento para a população LGBTQI +, onde discutimos as questões que permeiam a vida dos negros e negras LGBTQI+ em suas subjetividades.

Outro espaço de resistência que pesquiso é o espaço Jovem de Expressão, localizado na Praça do Cidadão, um programa financiado pelo Instituto Caixa Seguradora que compartilha a gestão do programa junto com a Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS). É um espaço de resistência já consolidado dentro da comunidade, tendo 11 anos de existência, no qual são realizados cursos, oficinas, palestras, rodas de conversas, exposições de arte e acolhimento de jovens, promovendo inclusão e justiça social para os jovens.

Quando uso a palavra periferia e a gíria *quebrada*, aciono palavras de resistência. Marco esses termos de autoafirmação para nos fazermos presentes, para valorizar o nosso lugar de moradia, denunciar a desigualdade social no Distrito Federal e reivindicar a descentralização dos movimentos socioculturais e socioambientais.

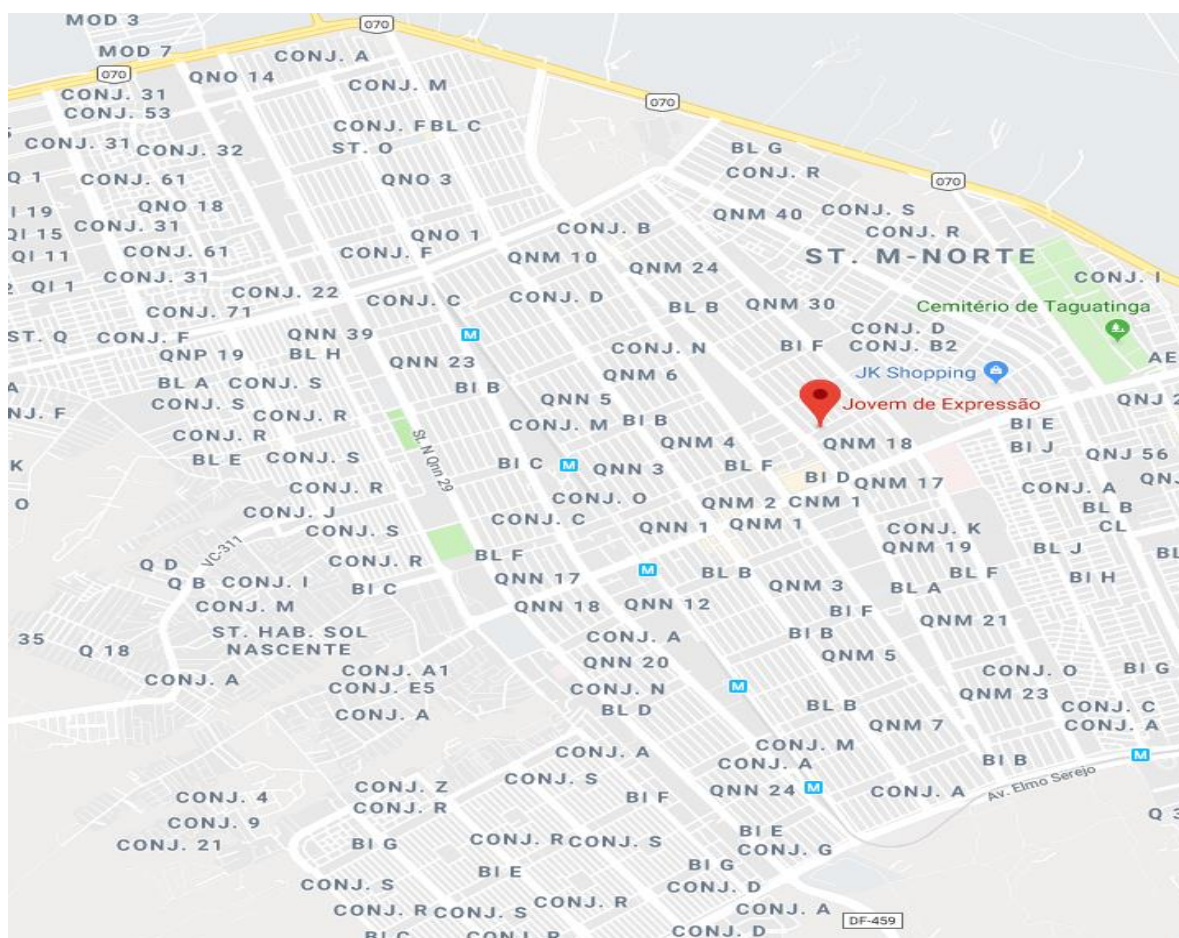


Figura 5 — Mapa de Ceilândia: Jovem de Expressão. Google Maps.

3. INJUSTIÇA E RACISMO AMBIENTAL NA PERIFERIA

Este trabalho é composto pelas narrativas periféricas do viver na *quebrada* e pelas relações ecológicas, epistemes e pedagogias aí produzidas. Portanto, o *rap*, que é uma de nossas linguagens de denúncias e de análise de conjuntura, se faz presente. Em “Vida loka”, música do grupo de *rap* Racionais MC’s (2002), tem um trecho que diz o seguinte:

Vida loka cabulosa, o cheiro é de pólvora e eu prefiro rosas. E eu que sempre quis um lugar gramado e limpo, assim, verde como o mar. Cercas brancas, uma seringueira com balança, disbicando pipa, cercado de criança. How, how Brown, acorda sangue bom. Aqui é Capão Redondo, tru, não Pokémon. Zona Sul é o invés, é stress concentrado. Um coração ferido, por metro quadrado.

Essa parte da música traz muito sentido para o meu problema de pesquisa e conta o desejo da população periférica em morar em um lugar melhor, com áreas verdes limpas e ocupadas pelas crianças. Todavia, nossos sonhos de uma vida melhor são diminuídos ou interrompidos pela dinâmica de vida que o modelo de desenvolvimento capitalista nos impõe. Por necessidade, temos que aderir a essa vida prática, comprando alimentos industrializados no supermercado, não tendo um parque para fazer caminhadas e levar as crianças para brincar.

A criação de Ceilândia e a expulsão dos moradores da Vila IAPI são marcas de processos de injustiças ambientais, pois usaram as políticas da EPCT e do PLANIDRO como argumento para a retirada dos moradores, remanejando as pessoas para áreas também próximas a nascentes e rios. A diferença é que essas pessoas estão agora a 30km da Capital Federal, construída com o propósito de abrigar o funcionalismo público e as classes abastadas.

No espaço finito e fechado o Plano Piloto, envolto por extensas áreas verdes de posse do governo, estava tudo o que era necessário para o bem-estar de seus moradores e para a função da Capital Federal. As mazelas dos grandes centros seriam afastadas dessa cidade burocrática, tranquila e planejada. Encarregados de não permitir deturpações no Plano, à administração garantiria a equidade, a beleza e a harmonia, atuando neutra e racionalmente (Marília Luísa, PELUSO, 1988, p. 48).

É de suma importância compreendermos o contexto do surgimento de Ceilândia e analisarmos as políticas que foram utilizadas como respaldo para expulsão dos moradores da vida do IAPI e seu entrelace com as injustiças ambientais e o racismo ambiental.

No Brasil, é nos bairros pobres das periferias urbanas (visivelmente de maioria negra) e nos territórios indígenas, quilombolas e das outras comunidades tradicionais que se instalam as indústrias químicas; o agronegócio dos agrotóxicos, do trabalho escravo e dos desertos verdes; as mineradoras e as siderurgias; as hidro e termelétricas; e outras atividades produtivas cujos impactos ambientais sobre a vida, o trabalho, a cultura e a saúde (...) E são majoritariamente esses contingentes os expropriados, contaminados, despejados, remanejados, enfrentando direta e imediatamente as perdas e danos colaterais do desenvolvimento econômico (Tânia, PACHECO; FAUSTINO, Cristiane; 2013, p. 90 e 91).

Eu, como moradora de Ceilândia e frequentadora dos espaços no Plano Piloto, na Universidade, como educadora ambiental e fazendo parte dos espaços onde se discutem sobre a crise ambiental e buscam soluções para ela, percebo o distanciamento dessas discussões para as pessoas de baixa renda e que moram nos bairros periféricos. Vejo isso, por exemplo, nas discussões por uma alimentação saudável, reduzindo essa problemática a comprar verduras e cozinhar a sua própria comida. Alimentar-se de forma saudável é economicamente viável, porém devemos refletir sobre as questões sociais que permeiam a dinâmica de nossas vidas. Estudantes oriundos das periferias muitas vezes não conseguem tomar café da manhã por acordarem cedo para ir à universidade, pois a UnB, por exemplo, fica a 35km de distância de Ceilândia.

O racismo ambiental e as injustiças ambientais discutidos por (ACSELRAD, 2004), (LEROY, 2013) e (ALLIER, 2007) devem ser reconhecidos pelo movimento ambientalista, incluindo as questões raciais e de classe dentro das discussões. As pessoas mais atingidas pelas consequências de tal crise deveriam fazer parte das discussões acerca da crise ambiental, tendo em vista que a crise civilizatória na qual vivemos tem consequências devastadoras, sobretudo para as populações mais pobres. Como sugere (UNGER, 2009): “Falamos em crise política, crise moral, crise ambiental. Mas o que está em crise não é o próprio modo como nos relacionamos com tudo que existe e com o próprio existir?”. Unger nos coloca para pensar que é o próprio modo de viver ocidental que se encontra em crise. Podemos perceber ainda que as profundezas de tal crise estão na colonialidade e na exploração da América e da África, que nega o outro e subalterniza suas diferenças, que desqualifica sua humanidade e o reduz a instrumento de exercício do poder.

Portanto, trago o conceito de racismo ambiental, pois ele se fez presente na constituição da Campanha de Erradicação de Invasões e perdura até hoje no que

tange à gestão inadequada de nossos resíduos sólidos e no afastamento da periferia de uma boa qualidade de vida, que deveria contemplar arborização, alimentação de qualidade e saúde física e mental. O conceito de racismo ambiental foi cunhado por Benjamin Chavis, nos Estados Unidos, nos anos de 1980, quando a população negra de Warren Country, na Carolina do Norte, lutava para que os rejeitos tóxicos não fossem depositados em sua comunidade. De acordo com (CHAVIS, 1993), o racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais, escolhendo as comunidades negras para depósito de rejeitos tóxicos e da instalação das indústrias poluentes. Também faz parte do racismo ambiental a exclusão dos negros e negras, dos grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras. Podemos verificar isso no próprio remanejamento dos moradores do IAPI, quando foi usada como respaldo uma política pública de proteção ambiental, originando a cidade de Ceilândia e transferindo para ela as mazelas da cidade. Como podemos ver no próprio caso de Warren Country, o movimento negro se posicionou para barrar o depósito de rejeitos tóxicos. Coincidentemente ou não, é em Ceilândia onde se encontra a maior Usina de Triagem e Reciclagem de resíduos sólidos do Distrito Federal.

A dinâmica de vida do/a trabalhador/a sequer permite que eles/as reflitam sobre os problemas ambientais, como na própria questão dos resíduos. Eles não são chamados para os debates ambientais, que muitas vezes chegam descolados da realidade concreta das pessoas. Essa contextualização é de extrema importância para sabermos que não podemos falar apenas em justiça social, mas em justiça social e ambiental. Antes de uma pessoa pobre, sem acesso à saúde pública de qualidade e que vive com um salário mínimo pensar no lixo reciclável que está indo para o Aterro Sanitário, ela vai pensar se vai conseguir pagar o aluguel. Sua sobrevivência vem antes de qualquer pensamento sobre o descarte inadequado de resíduos. Pude ver isso em uma oficina com os catadores e catadoras de materiais recicláveis que veem, por exemplo, na chegada de resíduos eletroeletrônicos (resíduos perigosos) nos centros de triagem, grande felicidade, por representar para eles/as um meio de sobrevivência financeiro. Igualmente, existem muitos lixões a céu aberto dentro de Ceilândia, a maior cidade satélite do Distrito Federal, e o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) dispôs apenas três Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para descarte de entulhos e volumosos. Esses problemas ambientais são reflexos dos problemas sociais e da marginalização que nos é colocada. No Sol Nascente, um dos bairros

mais marginalizados de Ceilândia, não há o serviço convencional de coleta de lixo. Uma consequência disso é a poluição de córregos, cachoeiras e nascentes do bairro. Como culpabilizar a população, uma vez que o serviço de coleta de lixo não passa na cidade frequentemente? O que há é um serviço chamado Papa Lixo, que consiste no depósito, por parte de todos moradores, nesses pontos de coleta subterrâneos.

Os locais de despejo de resíduos são próximos às periferias, como é o caso do aterro sanitário que fica em Samambaia e em área próxima à Ceilândia. A coleta convencional de resíduos sólidos não funciona bem, e temos poucos lugares para realizar o despejo de entulhos e volumosos, como já foi mencionado. Não são todas as pessoas que têm condições financeiras de contratar serviços para dar a destinação adequada aos resíduos sólidos. Por isso a importância de se incluírem nas discussões ambientalistas os sujeitos que mais sofrem com a crise ambiental, trazendo essas discussões para Ceilândia e outras cidades do Distrito Federal. A partir de depoimentos dos moradores, evidenciamos situações como as seguintes:

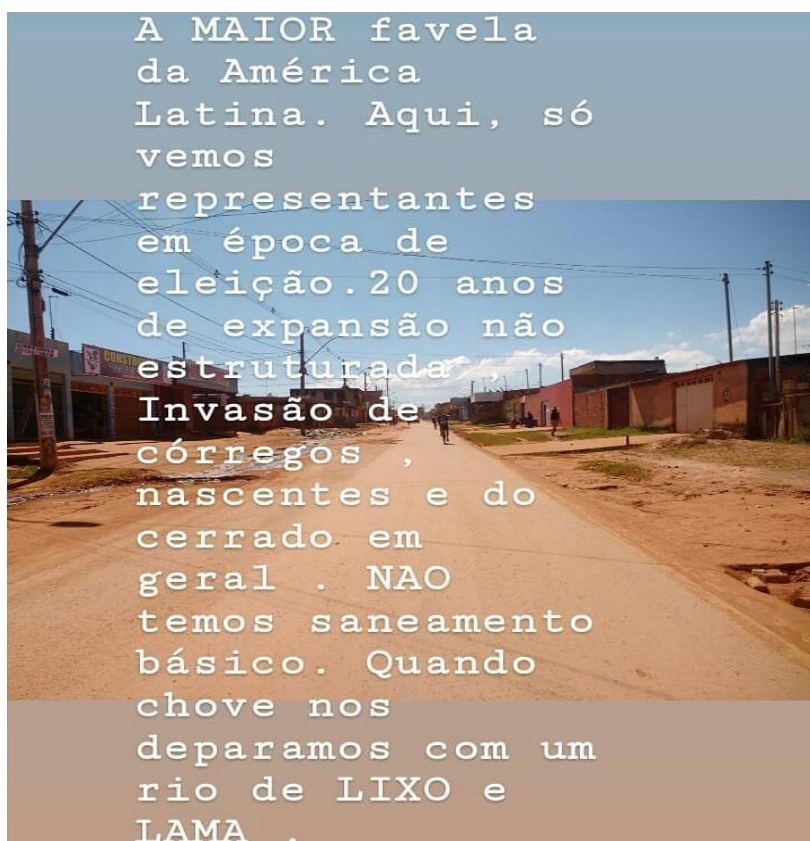


Figura 6 — *Sol Nascente*. Talia. 2019.



Figura 8 — *Sol Nascente*. Talia. 2019.

Uma parte da juventude ceilandense está resistindo em meio à situação de opressão na qual vivemos, construindo diversos grupos culturais nos quais discutimos as questões que atravessam nossa vida na periferia. Por meio do *rap*, da dança de rua, do grafite, do *funk*, do charme e de várias outras manifestações culturais, resistimos a essa condição de cidade violenta. O programa Jovem de Expressão é importante para a valorização cultural e fortalecimento da identidade dos jovens. É palco da resistência periférica, onde os saberes da juventude são levados em consideração e colocados em pauta.

O que vemos em Ceilândia, apesar das dificuldades apontadas acima, são esforços dos próprios moradores, e principalmente dos jovens, em valorizar e se orgulhar da cidade, criando uma relação de afeto, cuidado e orgulho com os espaços nos quais vivemos. Estão sempre presentes nesse contexto a denúncia dos problemas socioambientais vivenciados e a busca pelo engajamento para subverter e transgredir as injustiças ambientais, o racismo e as desigualdades sociais.

Por meio dessas manifestações culturais, nós valorizamos cada vez mais a nossa cidade. Periferia para a gente é palavra de luta. Nós produzimos arte,

conhecimento, histórias e relações ecológicas com os espaços. Nas relações com os espaços verdes, encontramos pela cidade moradores cuidando de jardins e hortas no intuito de manter uma relação com a Natureza. Nesse sentido, o grupo Ocupa Cachu Sol Nascente age em prol da limpeza da cachoeira e de mobilização da população para que se tome conhecimento desses problemas. São ações pontuais que mostram a vontade das pessoas de manterem uma relação de reciprocidade com seus espaços de vida, com as outras existências não humanas, com as plantas, córregos, rios, a partir de uma relação de cuidado com a cidade.

Vejo pessoas saindo do urbano para o rural, com o objetivo de ter uma vida menos acelerada, com menos alimentos industrializados, em uma relação com a Natureza, usando menos plásticos e consumindo menos. Pessoas de classe média e alta vão morar em ecovilas com a finalidade de fugir da vida urbana, acelerada, estressante e que nos adocece emocionalmente. Discutem agrofloresta, bioconstrução e permacultura, sendo esses saberes ancestrais. Todavia, essa discussão fica centralizada no Plano Piloto e entre as pessoas economicamente privilegiadas.

A meu ver, não dá para apenas pensar em sair do meio urbano e ir morar no rural para fugir desse sistema colonizador de saberes e corpos. É preciso que essas discussões dialoguem com as periferias. A maioria das pessoas não pode sair daqui para morar em ecovilas ou chácaras. Por isso, penso que a nossa revolução tem que ser aqui. De nós para nós e com a ajuda de pessoas que possuem conhecimentos que podem fortalecer as nossas correrias, como gostamos de dizer. Queremos dialogar com essas pessoas para construímos e/ou fortalecermos as nossas *ecologias periféricas*, que são feitas pela ocupação do espaço público e pela resignificação desse espaço, mobilizando a população, realizando práticas como mutirões de limpeza, rodas de conversa, hortas comunitárias, oficinas para as crianças, integrando o movimento cultural ao *rolê* ambiental.

Trazer a *voz da quebrada* é reconhecer que os conflitos ambientais são causados pelo modelo de desenvolvimento econômico que culmina em desigualdade social, cujas maiores vítimas são indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, negros e moradores das periferias urbanas. Situações pouco consideradas pelas pesquisas e pouco difundidas nos debates ambientalistas, como lembra (ALLIER, 2017) ao discutir o ecologismo dos pobres. Contudo, para além de reformas pontuais acerca dos problemas ambientais, é importante reconhecer que o problema está na estrutura do modelo de desenvolvimento capitalista, pautado pela

colonialidade do poder. Há pessoas morrendo todos os dias envenenadas por agrotóxicos, sendo atingidas por barragens, como nos casos de Mariana e Brumadinho, dentre diversos outros problemas socioambientais que levam à subalternização de seres humanos e não humanos. Reivindico aqui a necessidade de sermos incluídos nas discussões ambientais para que possamos pautar nesse debate nossas próprias experiências.

O mesmo modelo de desenvolvimento que levou o Brasil a ocupar a posição de sétima economia do mundo empurra as comunidades urbanas pobres para periferias que ele próprio degradou, a ponto de nelas ser impossível uma vida saudável. Trata de forma semelhante os moradores das regiões urbanizadas da zona costeira, do campo e das florestas. No primeiro caso, os expulsos são majoritariamente negros e/ou nordestinos, no segundo, a diversidade dos atingidos engloba povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais que sempre fizeram do mar, da terra ou da floresta seu local de vida, de trabalho, de construção de tradições (Tânia, PACHECO; Cristiane, FAUSTINO; 2013, p. 99).

Portanto, o modelo de desenvolvimento capitalista e suas políticas racistas e segregacionistas levam pessoas negras e pobres a morar nas áreas mais degradadas e insalubres. Assim aconteceu na Campanha de Erradicação de Invasões, na expulsão dos moradores da Vila do IAPI. Aqui ficaram sem água, luz, distante de seus locais de trabalho, com sua qualidade de vida totalmente diminuída. A violência certamente iria tomar conta da cidade, já que muitas pessoas estavam desempregas e sem condições de garantir seu sustento de vida. Essas políticas, e com elas o racismo e a injustiça ambiental, garantiram a visão, que ainda hoje persiste, de que Ceilândia é uma cidade de violência, porém a resistência.

4. EPISTEMOLOGIAS ECOLÓGICAS E PEDAGOGIAS DE RESISTÊNCIA

Quando penso em epistemologias ecológicas e pedagogias insurgentes como caminhos de transformação de nossa vida cotidiana, estou colocando em diálogo as narrativas das pessoas que constroem projetos de transgressão com as categorias teóricas que aqui aciono. Trago em primeiro lugar a ideia de *práxis* pedagógica para representar aquilo que estamos realizando aqui na comunidade de Ceilândia. (FREIRE, 2013) diz em seus escritos que uma educação para a liberdade de nossa situação de opressão deve ser realizada de forma coerente, de modo que a reflexão teórica esteja alinhada a uma ação de transformação prática da realidade.

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire fala que a libertação autêntica não é depositada nos homens, como uma palavra oca, mas sim em *práxis*, o que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sendo assim, a partir do meu lugar de fala e de um percurso metodológico que envolve ações engajadas em nossa realidade concreta a fim de transformá-la, trago em primeiro lugar essa noção freiriana de *práxis* pedagógica.

Em relação à minha atuação como educadora ambiental, aciono um aporte teórico que vai ao encontro da perspectiva de uma educação ambiental intercultural. A interculturalidade crítica, enquanto prática radical contra a colonialidade, é um projeto teórico e político que busca romper com a lógica ocidental moderna e racional, visando a compreender que existem outras formas de se ser/estar no mundo, de construir a realidade e transformar as estruturas de poder (WALSH, 2010).

Acredito que uma forma de expandir e qualificar uma outra educação ambiental é pensar a partir da perspectiva intercultural. Sendo assim, educação ambiental intercultural considera outros modos de ser/estar e sentir/pensar no mundo, buscando superar a dicotomia cultura-natureza, considerando a agência dos seres não humanos e as epistemologias construídas por outros povos, como os povos tradicionais, quilombolas e indígenas. Também, ousa dizer que uma educação ambiental intercultural pode igualmente dialogar com a linguagem das periferias e adentrar nos territórios onde realizei a minha caminhada metodológica. Territórios onde acontecem relações ecológicas, construções de saberes e pedagogias outras.

Neste percorrer teórico-metodológico, podemos compreender como essas pessoas e territórios resistem e representam uma força de renovação do tecido social, já que se expressam de múltiplas maneiras e em níveis diversos. É fato que estamos

em crise com nossas próprias noções de ser/estar no mundo, pois as noções de viver foram ocidentalizadas e vivemos uma época repleta de padrões de como devemos nos posicionar, nos vestir e em quais ontologias devemos acreditar. Vivemos em uma época em que o sistema econômico capitalista e a noção antropocêntrica que coloca o humano, sobretudo o homem branco, como dominador de tudo e de todos, não reconhece mais limites. É como disse Porto-Gonçalves na Conferência Planeta (2016), “a lógica do macho atravessa toda a episteme da ciência”.

Somos alertados por (UNGER, 2009) sobre a desertificação causada por essa crise de ser/estar no mundo. O homem branco ocidental subalternizou os outros seres humanos e não humanos, explorando todos os limites da Natureza. A Europa se estabeleceu como centro do poder também quando se definiu como o centro do conhecimento, subalternizando e invisibilizando outros povos de história, suas culturas e elaborações mentais (KOPENAWA; ALBERT 2015; PORTO-GONÇALVES, 2012). Constata-se que crise ecológica é consequência desse processo exploratório e de dominação dos outros povos — não europeus — de seus corpos e seus saberes. Nos empurraram uma lógica econômica capitalista na qual tudo é visto como recurso a ser transformado em dinheiro para então alimentar a ganância dos mais poderosos.

Hoje, vivemos em um mundo que é o fruto amargo desta dinâmica, cujo desdobramento se realiza em múltiplos níveis. Os vínculos sociais são rompidos em todas as classes sociais; as relações humanas se dissolvem na economia. Neste contexto, o processo de desertificação se dá como deserção, abandono do espaço comum. No deserto social, as formas de sociabilidade e convivência se reduzem à microunidades de defesa com identidades próprias, na qual o elogio da diferença sucumbe, na maioria das vezes, a uma dinâmica que não entra em diálogo com outras falas. (Nancy, UNGER, 2009, p. 3 e 4).

Vivemos uma crise na qual o problema não é apenas ambiental ou social, mas uma crise civilizatória (PORTO-GONÇALVES, 2012). É preciso compreender que os desastres ambientais, o racismo, o sistema educativo homogeneizador de conhecimentos fazem parte de um problema maior. É preciso reconhecer que graças à colonização das Américas foi possível que a Europa se colocasse como o centro do mundo e se impusesse contra as outras civilizações, como bem coloca (PORTO-GONÇALVES, 2016). Esse olhar tem sido muito importante para realizarmos a crítica a respeito dos problemas ambientais, pois sabemos que se não houver transformações radicais desse modelo hegemônico, por uma lógica em que os

humanos não sejam o centro do mundo, nem detentores do poder, caminharemos rapidamente o para extermínio do Planeta Terra.

É preciso reconhecer a crise civilizatória e todas suas consequências drásticas, mas não devemos nos apegar somente à visão pessimista decorrente dela. (UNGER, 2009) e (PORTO-GONÇALVES, 2012) nos mostram um ponto interessante sobre a resistência de várias comunidades tradicionais. Diante de toda a colonização e dominação, o que vemos são povos resistindo. São culturas não somente sobrevivendo em meio à crise civilizatória, mas pensando e realizando outras formas de viver e estar no mundo, preservando e resgatando a ancestralidade de saberes e tradições. É o caso dos povos indígenas e da comunidade negra resgatarem suas ancestralidades, dialogarem com esses saberes e criarem novas noções de mundo.

Existem comunidades tradicionais e coletivos de pessoas dos mais variados que têm buscado repensar o modo de viver da racionalidade moderna-científica e antropocêntrica, por meio da reflexão sobre a realidade concreta para uma transformação desse modo de viver. A respeito disso, autora comenta:

No entanto, ao longo de todas as vicissitudes que marcaram o desenvolvimento de nosso percurso civilizacional, com suas características de reificação, instrumentalização e controle, sempre houve aqueles que mantiveram outra visão do mundo, aqueles que zelaram pelo cuidado com a vida e a reverência pelo sagrado, que mantiveram uma escuta poética da vida, aqueles dotados de sabedoria, independentemente de seu lugar social, e talvez, na maioria das vezes, à margem das instituições (Nancy, UNGER, 2009, p. 5).

Através do diálogo e em construção coletiva, buscamos fortalecer o que imaginamos ser um mundo melhor. Neste ponto, sonhar e criar utopias é necessário. Precisamos sim imaginar um outro mundo possível, precisamos nos dar o direito de imaginar outra possibilidade de viver. Viver para que esse sistema econômico capitalista e sua hegemonia de saber eurocêntrico sejam superados em prol de uma real sustentabilidade no Planeta Terra, em diálogo com as comunidades tradicionais.

Com a lente da educação ambiental intercultural pretendo traçar as resistências relacionadas às ecologias, epistemes e pedagogias da periferia em relação à crise civilizatória, compreendendo que as comunidades periféricas também devem entrar neste debate. Deve-se pensar mudanças não apenas no campo, mas também nas periferias urbanas, afinal, a situação das periferias urbanas é também um grande problema socioambiental. A educação ambiental intercultural é, portanto,

capaz de promover uma postura reflexiva diante dos problemas socioambientais contemporâneos (ZAKS; REIS DA SILVA, 2017).

Partir da educação ambiental intercultural é dar centralidade às narrativas dos sujeitos ativos nos processos. Somos nós, os protagonistas, que estamos criando e recriando saberes e pedagogias. Somos nós que estamos questionando as discussões ecológicas hegemônicas. Portanto, tomei como aporte teórico-metodológico as narrativas de pessoas ativamente envolvidas nos territórios de resistência.

Nesse sentido, a problematização pedagógica dos conflitos a partir das narrativas dos sujeitos que experimentam o lado obscuro da modernidade, abre o debate socioambiental para outras esferas além da ecológica, revelando as conexões sociais, políticas, econômicas, éticas, estéticas e culturais da crise (Ana Júlia, ZAKS; Ana Tereza, REIS DA SILVA, 2017, p. 15).

Sabendo que somos nós, os povos subalternizados, mulheres negras, moradoras de periferias que sofremos com a crise civilizatória e somos nós também que buscamos transgredir e subverter a lógica racista, misógina e classista, é nossa voz que precisa ter centralidade nesse processo. É pensar na perspectiva da ecologia de saberes, do pluralismo epistêmico e da interculturalidade (ESCOBAR, 2012; WALSH, 2010; SOUSA, 2005). Ainda,

A interculturalidade é aqui entendida como matriz orientadora de processos pedagógicos que acionam múltiplas epistemes, racionalidades, cosmologias e ontologias, isto é, como postura reflexiva que considera outros sistemas de conhecimento e questiona a centralidade da racionalidade científica (moderno-colonial). (Ana Júlia, ZAKS; Ana Tereza, REIS DA SILVA, 2017, p. 18)

A educação ambiental, permeada pelo entendimento de que existem outros modos de existir no mundo, pontua uma questão importante: a relação entre natureza e cultura. Nessa perspectiva, fui surpreendida como educadora ambiental ao fazer essa desconstrução acerca do que geralmente é difundido em práticas de educação ambiental.

Essa instrução é uma área do conhecimento que comumente reduz o ambiente àquilo que é estritamente biológico e à ideia de preservação do meio ambiente, afetado pelos problemas da crise ecológica. Entendo que o papel da educação ambiental é nos fazer pensar sobre a nossa relação com as coisas, de natureza biológica e cultural, como intérpretes desse ambiente e dessa relação, com

a finalidade de recriarmos os nossos sentidos de existência no mundo. Entendendo, de acordo com (CARVALHO, 2013), que estamos ao mesmo tempo fora e dentro da Natureza, como seres híbridos, em que a cultura faz parte da Natureza e a Natureza é a matéria da cultura. Nas palavras de Carvalho:

Assim, se existe algo de intrinsecamente humano é a cultura. Cultura entendida aqui como dotação de significados, ou seja, atribuição de sentidos às ações, sensações, emoções, e a todas as relações imediatas que os humanos, estabelecem com o mundo material — orgânico ou construído. Neste sentido, pode-se pensar a relação natureza e cultura onde a natureza é um Outro que, ao mesmo tempo, inclui o humano sem subsumi-lo completamente ao universo biológico não humano. Assim, nesta posição de seres híbridos, ou seja, ao mesmo tempo semelhantes e diferentes de uma natureza estritamente biológica, nascem as condições para um permanente diálogo caracterizado pela tradução cultural do mundo natural (Isabel Cristina, Carvalho 2013, p. 2).

Em diálogo com (STEIL e CARVALHO 2014), entendo que é fundamental questionarmos as dualidades colocadas pela racionalidade moderna, como a dicotomia criada entre Natureza e cultura e a lógica de conhecimento dito racional que exclui outras epistemes e subalterniza o saber do outro. Isso faz com que negros, indígenas e mulheres tenham suas intelectualidades negadas.

Analiso a lógica moderna e racional com o sistema de escolarização no qual estamos inseridos. É a mesma lógica que afirma que alguns territórios são considerados como territórios de aprendizagem e outros não, como se a escola institucionalizada, formal, fosse o único local em que pudéssemos aprender. O conhecimento institucionalizado da escola e sua lógica conteudista são considerados os únicos legítimos, verdadeiros e aceitos na sociedade.

No caso de Ceilândia e das periferias, a escola hegemônica pouco reconhece as epistemes que surgem nas calçadas e nas praças. A perspectiva hegemônica de educação desconsidera os saberes da rua, como o *rap*, manifestação cultural que é usada como forma de conhecimento dentro das periferias. Na Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação (CONANE), que ocorreu na Faculdade de Educação neste ano de 2019, Célia Xakriabá disse: “a rua também é uma potência epistêmica”.

Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência. Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário estar imerso na matéria e no mundo

através do engajamento contínuo no ambiente (STEIL, Carlos; CARVALHO, Isabel Cristina, 2014, p. 2).

Nesse sentido, as epistemologias ecológicas nos permitem reivindicar outros modos de enxergar o mundo, como o ponto de vista de outros povos, de outros seres da natureza e das coisas, em uma perspectiva que possibilite pensar outras ontologias. Não se trata aqui de apenas reconhecer a diversidade cultural e levar em conta o ponto de vista do *outro* humano, mas de considerar o ponto de vista das coisas e dos organismos não humanos que habitam o mundo:

A questão da outridade da natureza ganha uma qualidade no paradigma das epistemologias ecológicas que não é a da diferença que situa o outro num mundo fechado. O ponto de partida para o conhecimento não é mais distanciamento e os dispositivos da evitação, mas, ao contrário, o engajamento do sujeito no mundo e no coração da matéria por meio da participação e do compartilhamento de uma experiência comum que atravessa os seres e as coisas que habitam a mesma atmosfera (STEIL, Carlos; CARVALHO, Isabel Cristina, 2014, p. 7).

Assim, partirmos da ideia de que vivermos em coexistência, entendendo que as coisas, sendo elas do mundo biológico ou cultural, humanos e não humanos, existem como agência. Nessa perspectiva, abandona-se o antropocentrismo que coloca os humanos e no caso, o homem, como detentor de todas essas coisas, sentindo-se com o poder de ser e estar sobre tudo e todos. No poema “Sobre importâncias”, de Manoel de Barros, ele nos mostra a sua forma de reivindicar a importâncias das coisas e o afeto que as coisas produzem em nós:

Um fotógrafo-artista me disse outra vez: veja que pinga de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. Assim um passarinho nas mãos de uma criança é mais importante para ela do que a Cordilheira dos Andes. Que um osso é mais importante para o cachorro do que uma pedra de diamante. E um dente de macaco da era terciária é mais importante para os arqueólogos do que a Torre Eiffel. (Veja que só um dente de macaco!) Que uma boneca de trapos que abre e fecha os olhinhos azuis nas mãos de uma criança é mais importante para ela do que o Empire State Building. (...) Há um desagero em mim de aceitar essas medidas. Porém não sei se isso é um defeito do olho ou da razão. Se é defeito da alma ou do corpo. Se fizerem algum exame mental em mim, vão encontrar que eu gosto mais de conversar sobre restos de comida com as moscas do que com homens doutos.

(2001)

Para acionar a transgressão do *status quo* através da prática educativa, vou ao encontro de bell hooks. Junto a ela podemos encontrar futuros possíveis, por meio da teoria, na busca de *uma teoria para a libertação*. “Quando nossa experiência vivida na teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (HOOKS, 2013).

Uma das leituras mais necessárias que trago de bell hooks, e que toma emprestado de Paulo Freire, é a de que a educação como prática para liberdade deve valorizar a expressão do aluno. As narrativas que eles trazem sobre suas vidas são parte do processo pedagógico e devem ser consideradas. Esse movimento dialético, no qual o educador também deve participar e se entregar em narrativas, possibilita a abertura para os processos de conscientização.

Aceitar essas epistemes é o que rompe com a educação bancária, criticada por Paulo Freire, na qual o professor é detentor de um saber máximo, realizando transferência de conhecimento. Como o próprio Freire disse, nós nos educamos em comunhão, por meio do diálogo. Esse entendimento critica a pedagogia escolarizada e formal, de forma que nos possibilita a realizar um outro currículo, diferente do currículo conteudista — o qual somos obrigados a abordar como educadores. Uma educação engajada só pode ser a partir da realidade concreta do educando, a partir do seu contexto de vida, em primeiro lugar.

Na pedagogia libertadora podemos realizar a transgressão da escola hegemônica e dos processos de subalternização, usando nossos saberes e pedagogias para subverter a crise civilizatória em busca de uma educação intercultural. Nessa lógica, tem-se como princípio norteador a ideia de que uma educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender (HOOKS, 2013).

Para nós educadores, é preciso que haja uma coerência pedagógica e a busca contínua de um processo chamado por hooks de *autoatualização*, que entendo como uma busca de autoconhecimento, em um processo que a autora diz dar ênfase ao bem-estar. Sabe-se que ser educador é considerado um peso e um trabalho com inúmeras chances de adoecimento. A educação engajada também promove o bem-estar dos educadores por estes realizarem um processo educativo com amorosidade e afetividade (diferentemente de “educar por amor” como troca de remuneração).

Minhas bases teóricas pedagógicas partem da ideia do afeto com os educandos. Afeto é aquela potência que nos impulsiona a realizar outras práticas educacionais. Quando caminho juntamente com a minha realidade material e vou ao encontro de pesquisar sobre minha comunidade, a comunidade me afeta e eu consigo afetá-la. Impulso mútuo, para questionar as bases hegemônicas e realizar nossas resistências.

Em (PORTO-GONÇALVES, 2012), encontramos a possibilidade de falar sobre territórios e as reapropriações da natureza, assim como das resistências que têm sido produzidas por povos quilombolas, indígenas, camponeses e negros e negras, cujos saberes e modos de vida são estratégicos para o enfrentamento da crise ecológica. O geógrafo nos coloca a par das várias teorias políticas de resistência na América Latina, onde grupos têm repensando os modos de viver e o pensamento hegemônico ocidental.

Ao lado dos conflitos envolvendo água, mineração e grandes projetos de desenvolvimento, vê-se a emergência de uma série de experiências ricas e originais de sustentabilidade: as Reservas Extrativistas, o Parque Nacional de Yasuny; os Direitos da Natureza constitucionalizados na Bolívia e no Equador; o Estado Plurinacional; o Buen Vivir, o Suma Qamaña e o Suma Kausay: ideias para uma nova agenda política, um rico patrimônio cultural e natural que nos servem de baliza para reinventar a nossa existência (Carlos Walter, Porto-Gonçalves, 2012, p. 16).

Portanto, a crise civilizatória e ambiental tem sido discutida por comunidades tradicionais que têm imaginado e buscado construir sociedades outras. Há centenas de anos, os povos indígenas resistem à invasão da América pela Europa. São anos de luta e sustentação de suas práticas, ontologias e modos de viver. Exemplos reais práticos de sustentabilidade, totalmente diferente do discurso de sustentabilidade apropriado pelo sistema capitalista.

Segundo a ecologia popular, levantada por (ALLIER 2017), para haver justiça social é preciso haver justiça ambiental e vice-versa, ou seja, as comunidades pobres, que são mais afetadas pela crise, são centrais no debate das questões ambientais. Há, no Brasil e na América Latina, nos campos e nas periferias urbanas, grupos, pessoas e comunidades em busca de práticas e reivindicações de um outro modo de viver. Um bom exemplo é o papel fomentado pela agricultura familiar, que garante produção e renda para agricultores, alimentos sem veneno e resistência ao agronegócio. Como podemos verificar, são os povos tradicionais, indígenas e

quilombolas que têm conseguido ainda sustentar a vida neste planeta e, portanto, é preciso caminhar junto a eles para criamos outros modos de vida. Como afirma o geógrafo:

A ironia da história, e aqui mais ainda da geografia, é que as regiões que são visadas para serem demarcadas como unidades de conservação de uso restrito, definidas quase sempre pela ciência convencional, são exatamente aquelas que, por terem ficado à margem do mercado e ocupadas por populações tradicionais com outras matrizes de conhecimento, são as regiões que abrigam a maior riqueza em água e em biodiversidade do planeta (Carlos Walter, Porto-Gonçalves, 2012, p. 25).

Muito mais que lutar pela terra, é preciso, no campo político, lutar pelos territórios como espaços nos quais se forjam culturas-naturezas (PORTO-GONÇALVES, 2012). Seguindo esse pensamento, pesquiso os territórios de resistência na periferia como territórios de luta e espaços que estão correndo grandes riscos em meio a uma agenda governamental racista e neoliberal. Um desses espaços se constitui como um quilombo urbano e outro como espaço de produção cultural periférica, em que o *rap*, o grafite, a dança de rua, o cursinho pré-vestibular, as rodas de conversa e saraus acontecem a fim de fomentar o conhecimento e a troca de saberes na comunidade.

Ora, junto aos movimentos de resistência no campo que têm ocorrido na América Latina, movimentos potentes também acontecem nas *quebradas* desses países. Já vemos, por meio das narrativas e dos trabalhos que são desenvolvidos nesses territórios e pelos coletivos, que o debate ambiental perpassa pelo movimento de justiça ambiental.

Os problemas enfrentados no campo também chegam às cidades. Entendo que é preciso continuar realizando esses processos na periferia, mas que possamos fazer parte do que Porto-Gonçalves chama de construção de uma agenda teórico-política. É preciso que comecemos também a conversar e a debater, dentro da comunidade, essas problemáticas e adentrarmos ainda mais no campo do debate por justiça ambiental, a partir de nossas experiências práticas, em busca de novos horizontes de sentido e estar no mundo (CARVALHO, 2013; PORTO-GONÇALVES 2012).

5. PROCESSOS EPISTÊMICOS DAS VIVÊNCIAS NA QUEBRADA

Em primeiro lugar, é preciso dizer que esse percurso metodológico faz parte do meu viver na CEI. O meu trabalho de campo foi realizado nos territórios e junto aos coletivos de resistência que chegaram a mim. *A priori*, eu não havia pensado nesses lugares, eles foram se apresentando na medida em que eu frequentava os espaços. Minha aproximação com tais espaços se deu perante a uma ruptura que eu acabara de viver. No ano de 2018, eu fui morar no Paranoá Parque, em um dos apartamentos do programa Morar Bem, acreditando ser o melhor por ser mais próximo à Asa Norte. O que aconteceu foi que, apesar de gostar de morar mais próximo à UnB, eu me senti muito isolada das pessoas. Sentia muita falta da CEI, mas como eu não tinha tempo para ficar saindo de uma ponta a outra do Distrito Federal, eu ficava por lá mesmo, no Paranoá Parque.

No final de 2018, retornei para a Ceilândia e decidi que iria participar mais ativamente dos projetos, conhecer novas pessoas e as ações que elas realizam aqui; muitas delas eu já conhecia das redes sociais. Foi assim que comecei a frequentar mais os territórios e a conhecer sujeitos engajados no trabalho de transformação social. Assim, mesmo imersa na comunidade há um tempo, eu também adentrei com um olhar de quem está conhecendo pela primeira vez e querendo colaborar com as práticas educacionais. Eu conheci as meninas dos coletivos por intermédio das redes sociais. Ao divulgar alguns trabalhos meus na área de educação ambiental e elas, os trabalhos delas, entramos em contato para somar forças para e coligarmos conhecimentos.

Não tive muitas dificuldades nesse percurso metodológico. Coletar as narrativas de forma mais direcionada para as perguntas de pesquisa foi mais desafiador porque, mesmo explicando meu tema de pesquisa e minha pergunta norteadora, ainda houve uma certa dificuldade dos meus interlocutores para entender o que eu almejava com a pesquisa. No fim, deu tudo certo. Fui explicando para eles e acredito que no final eles entenderam as minhas motivações como pesquisadora.

É importante evidenciar que as narrativas presentes neste trabalho tiveram a autorização de todos/as participantes envolvidos, também me foi autorizado citar seus verdadeiros nomes, da forma como eu os chamo, como seus apelidos. Visei dar

destaque para as suas falas, tornando-as evidentes e dando o protagonismo que elas merecem.

Devido à minha formação no curso de Pedagogia e das leituras que fiz, devo dizer que tive facilidade em entender e perceber os processos educativos e as práticas ecológicas que acontecem nos projetos da comunidade. Afinal, foi a partir dos meus processos educativos durante a graduação que consegui visualizar o potencial pedagógico dos projetos e ações que acontecem na comunidade.

5.1 DIALOGANDO COM OS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

CASA ACOTIRENE

No quilombo urbano Casa Acotirene, as epistemes surgem nas falas durante as rodas de conversa, nos saraus, nas festas, na convivência diária entre as próprias moradoras que visam dar protagonismo para negros e negras. Cada movimento na casa e cada encontro produzem vários sentidos. Somos afetados pelas subjetividades de cada negro e negra e dos brancos que frequentam o espaço. Inclusive, considero de extrema importância a discussão na Casa sobre a subjetividade das pessoas negras e das pessoas periféricas, pois sempre estamos nos marcando também como LGBTQI+ e como periféricos. Isso, quando queremos ser reconhecidos nas nossas subjetividades, pois cada pessoa ali carrega uma história e uma bagagem de experiências. Na Casa, estamos aprendendo constantemente que precisamos falar de racismo e das nossas dores, mas também precisamos falar de amor, de alegria e de outras situações que vivenciamos fora desse aspecto de problematizações.

Para entender como se deu a formação da casa e o motivo da ressignificação do espaço, trago a fala da Ju:

Quando a gente começou a vir pra cá, ainda era Casa Ipê, primeiro veio a Joyce, eu e depois a Aline e a gente já fazia parte de um Coletivo chamado Afromanas, somos nós três. Com a nossa chegada aqui a gente começou a chamar algumas mulheres negras da CEI e de outros locais e tinha uma recusa muito grande sobre frequentar a casa a partir de um caso de racismo que teve aqui dentro e então o Coletivo Afromanas decidiu ressignificar o espaço. A gente pesquisou vários nomes até chegar na conclusão de que seria Casa Acotirene (informação verbal, 2019).

Em março de 2019, ocorreu o sarau de ressignificação do espaço e de abertura da casa como Casa Acotirene. No Instagram, principal meio de comunicação do projeto, as meninas lançaram uma nota com a finalidade de *escurecer* as pessoas com relação à formação da Casa e de um conflito que ocorreu no mesmo dia. A nota diz:

No dia 27 de março na Casa Acotirene, localizada na Ceilândia Norte, onde estavam presentes os coletivos Afromanas, Casa Dandara, Coletiva Pretinhas e Bianca de Paula, foi realizado o primeiro Sarau de ressignificação do espaço coordenado pelas Afromanas. O nosso objetivo naquela noite foi de celebrar a conquista de um espaço que traz a proposta de um quilombo urbano em Ceilândia. Reconhecemos que é um dos primeiros espaços destinados a discutir a questão racial na maior região administrativa do DF, constituída em sua grande maioria por negros. Nas nossas falas para escurecer o motivo de sermos agora Casa Acotirene, afirmamos a importância de estarmos organizadas para ocuparmos e potencializarmos espaços onde as mulheres negras sejam protagonistas de suas próprias histórias e vivências, pontuamos sobre a valorização do afeto entre nós e, da união entre os coletivos de mulheres negras. No momento em que estávamos afirmando a importância desse encontro, fomos interrompidas e questionadas por um dos presentes sobre estar se sentindo excluída (uma mulher não negra) a respeito da nossa afirmação enquanto movimento de mulheres negras. Dessa forma, escurecemos que, esse conflito foi formado pela falta de consciência racial da mulher que estava se sentindo “excluída” em um momento que nós mulheres negras afirmamos a importância de forma simbólica de ocuparmos e ressignificar esse espaço pelo histórico de luta representadas por mulheres como Acotirene e Dandara. (...) Não iremos recuar, a Casa Acotirene é um espaço acolhedor preto/negro, mas não temos a intenção de excluir pessoas de outras cores, raças e etnias e nós iremos nos defender e nos aquilombar, porque as nossas vidas importam! E não haverá nenhuma a menos de nós!

(2019)

A partir desse dia, a Casa teve mais visibilidade e outras pessoas começaram a frequentá-la, promovendo rodas de conversa para trocas de saberes e experiências, também como fortalecimento do movimento negro e do movimento LGBTQI+. Gostaria de destacar duas rodas de conversa e um encontro importante do ponto de vista educativo. A primeira é uma roda de conversa sobre empregabilidade LGBTQI+, a segunda é uma roda de conversa sobre masculinidades tóxicas e a terceira é um encontro de brechós visando a discutir a indústria da moda.



Figura 7 — *Roda de conversa sobre empregabilidade LGBT. Casa Acotirene. 2019.*

As rodas de conversa acontecem em parcerias com instituições, grupos e coletivos colaboradores. A roda de conversa sobre empregabilidade LGBTQI+ ocorreu em parceria com os alunos do curso de Psicologia do UniCEUB. Nela, foi pontuada a necessidade de trazer essas discussões para dentro da periferia, uma vez que, para além da questão de classe, sofremos diversas violências relacionadas à raça e ao gênero, como a inserção e as dificuldades de pessoas LGBTQ+ no mercado de trabalho.

No dia primeiro de junho, houve uma roda muito importante sobre masculinidade tóxica e a subjetividade do homem negro. Um dos mediadores desse encontro foi o Jonathan Dutra, estudante de Pedagogia da UnB, também morador de Ceilândia. Em várias conversas que eu tive com Jonathan, escutei dele sobre a importância de entendermos as nossas subjetividades. Discutir a masculinidade tóxica olhando para a subjetividade do homem negro é muito diferente de discutir a masculinidade do homem branco, visto que o processo de formação do homem negro é tomado por violência, diminuição de sua autoestima e marginalização do seu corpo negro.

Com essas duas rodas de conversas, percebemos que a Casa é um importante espaço de educação para a conscientização dentro da periferia. São profundos os temas que geralmente ficam dentro da universidade. Observando mulheres e jovens da periferia produzindo conhecimento, conscientizando-se e

subvertendo a lógica, percebo que na Casa é realizada uma contra narrativa dos padrões que nos colocam. Vejamos: é diferente discutir apenas masculinidades tóxicas, é preciso reconhecermos que a formação da masculinidade do homem negro perpassa pelo racismo e por toda a violência sofrida.

Além do mais, a Casa é um espaço onde as moradoras possuem uma relação com as plantas. Pelas fotos vemos os jardins na casa, várias espadas de São Jorge espalhadas pelo espaço, um jardim no cimento quebrado no meio do terreiro. As meninas da Casa têm realizado debates e discussões sobre as questões ambientais, pensando sobre uma alimentação saudável e os espaços verdes para tornar o ambiente da casa mais agradável. Em todos os saraus, as meninas montam um brechó, visando a promover uma lógica de economia circular.

No dia 26 de abril, ocorreu um encontro de brechós relacionado ao movimento Fashion Revolution, em memória ao desabamento do edifício Rana Plaza em Bangladesh, onde morreram mais de mil trabalhadores. De acordo com a casa, o evento teve como objetivo a promoção de uma moda sustentável e ética, repensando o sentido da moda e seu impacto no mundo.



Figura 8 — Encontro de brechós. Casa Acotirene. 2019.

No dia 12 de junho, dia dos namorados, ocorreu o Sarau Afroafeto, com o objetivo de proporcionar uma noite de afeto, onde pudemos refletir acerca da falta do amor na vida de mulheres e dos homens negros e enquanto precisamos nos afetar para lutar e nos libertar. Esse sarau me colocou novamente em diálogo com bell hooks. Em suas palavras:

Sem amor, nossos esforços para libertar a nós mesmas/os e nossa comunidade mundial da opressão e exploração estão condenados. Enquanto nos recusarmos a abordar plenamente o lugar do amor nas lutas por libertação, não seremos capazes de criar uma cultura de conversão na qual haja um coletivo afastando-se de uma ética de dominação (bell, hooks 2006, p. 1).

O amor é caminho para essa prática de liberdade e muitas vezes temos dificuldade em enxergar o amor em nossas vidas por pouco tê-lo vivenciado. O amor é parte de uma construção social em que as pessoas negras ficaram por muito tempo de fora. Buscando inspiração em Paulo Freire, bell hooks pontua que para a realização da conscientização, em busca da libertação do povo oprimido:

As pessoas querem saber como começar a prática de amar. Para mim, é onde a educação para a consciência crítica deve entrar. Quando eu olho para a minha vida, procurando por um plano que me ajudou no processo de descolonização, de auto recuperação pessoal e política, sei que foi aprendendo a verdade sobre como os sistemas de dominação operam que ajudou, aprendendo a olhar para dentro e para fora, com um olhar crítico. A consciência é central para o processo de amor como a prática da liberdade (bell, hooks, 2006, p. 6 e 7).

Joyce, organizadora da Casa. disse na abertura do Sarau:

Gente, hoje é dia dos namorados, eu não sou muito apegada a datas, sou descolonizada quanto a isso, tá, Axé. E a gente que fala sempre de muita política, muita dor, porque a gente carrega mesmo muita dor, enfim, a gente tá sempre falando das mazelas que nos acomete, mas há momentos também importantes que a gente tem que falar de afetos. A gente tá percebendo o quanto é importante o afeto, a gente se politizar mais com afeto, a gente não se endurecer, porque vivendo nessa sociedade de padrões brancos, que até o amor é branco, porque o amor não pode ser preto. Hoje a gente foi ali na *lan house*, real, imprimir umas fotos de casais negros, pra gente fazer aquele mural maravilhoso ali. E aí, quando eu cheguei lá e fui pesquisar, eu digitei “casais negros”, aí o rapaz da *lan house*, negro também, falou assim: “Casais negros, cê tá de sacanagem”, sim, ele falou isso pra mim, aí eu falei assim: Por quê? Se fosse branco seria normal? Aí ele: “Não”, e eu: Então porque eu tô de sacanagem? Porque eu fiquei nervosa assim na hora, mas depois eu voltei ne e eu falei assim: Mas você é negro e você não pode amar? E a gente entendeu o quanto a gente pensa que tá muito avançado, mas não estamos, gente. Meu vizinho aqui da *lan house*, ele é negro, e ele não se vê negro e

para ele é estranho ver pessoas negras se amando se afetando. O quanto é estranho pra gente pensar o que é afeto do povo negro, como a gente constrói essas relações. Eu acredito que relacionamento entre pessoas negras eles são muito mais intensos, é um outro tipo de relacionamento, nós carregamos bagagem que só nós sabemos a bagagem que cada um de nós carregamos, nós carregamos nossos ancestrais, nossas avós, nossas tias, nossas mães, de Marieles e Cláudias e tantas outras a gente carrega dentro de nós. Então às vezes a gente esquece que a gente precisa amar, que a gente precisa falar de amor, que a gente precisa falar o quanto é importante ter essas pessoas maravilhosas aqui comigo, o quanto é importante ter cada uma de vocês nesse processo que nós dividimos, que a gente acredita. Então vamos falar de amor, vamos falar o quanto a gente é importante uma pra outra: “Porra, eu amo você”. Viva! Vamos viver, o maior compromisso que a gente tem uma com a outra é de amor e afeto é viver é chegar lá juntas. Enfim, gente, eu não sou romântica. Meu romantismo é esse tipo de relação que eu construo aqui com vocês. Então eu amo vocês e isso que eu quero dizer e acreditando nesse amor todo a gente pensou na agenda das pretas que é muito importante pra pautar assuntos que o 8 de março tá longe de abraçar as nossas demandas que são muitas, são subjetivas. O Instituto Odara, lá de Salvador, criou o Julho das Pretas pra gente pautar nossas urgências, nossos assuntos urgentes, não tem como romantizar quando a gente tá na base da pirâmide de todas as violências. Nós somos corpos políticos, a gente se amar é político, a gente de aquilombar aqui é político isso, não foi nos ensinado a amar, nem construir amor, sabe, e a gente tá quebrando todas essas barreiras, a gente tá destruindo toda essa narrativa e construindo uma narrativa a partir de nós e não a partir de algo já construído. O que nós estamos construindo é nosso (informação verbal, 2019).

A partir da narrativa da Joyce e da noite no Sarau, vivemos na prática, nos abraços, na dança, no cuidado um com outro, o amor como ato político. Dançamos *funk* e pagode e estávamos ali nos aquilombando, trocando uma com a outra nossas dores e alegrias. Educando-nos em meio a cada fala e construção coletiva da luta e resistência política contra a subalternização de nossos corpos e saberes. Lembrando do cuscuz marroquino, prato africano que nos alimentou, e das músicas que escutamos durante o Sarau, músicas de cantores negros e negras, mais uma vez dialogo com hooks diz:

Trabalhando dentro da comunidade, seja compartilhando um projeto com outra pessoa, ou com um grupo maior, somos capazes de experimentar alegria na luta. Essa alegria precisa ser documentada. Porque se nos concentrarmos apenas na dor, as dificuldades, que certamente são reais em qualquer processo de transformação, somente mostraremos uma imagem parcial (bell, hooks 2006, p. 7 e 8).

Acredito que é isso que estou construindo neste trabalho. Estou documentando o trabalho realizado dentro da nossa comunidade, mostrando o que tem sido construído e os processos vivenciados em busca de uma vida melhor. Em alguns momentos eu me perguntei se eu não estava querendo passar somente uma

imagem positiva. Nossos conflitos já são muitos e diários, ainda temos muita árvore para a plantar e muitos espaços para ocupar, por isso trago as dores, problemáticas também, mas ainda mais a alegria e o amor.



Figura 91 — Sarau Afroafeto. Casa Acotirene. 2019.



Figura 102 — Sarau Afroafeto. Casa Acotirene. 2019.

Aliás, é importante a gente ressignificar as chamadas datas comemorativas e trazer nossas questões para estes momentos, como aconteceu também no Sarau Nós

nos Corres – Uma homenagem ao povo preto trabalhador, no qual pudemos falar sobre nossa relação com o mercado de trabalho, a exploração que sofremos em algumas profissões, o racismo ao tentar ingressar em uma carreira e a própria dificuldade de tentar uma carreira diferente da que estamos sujeitos a ocupar. É preciso nos aprofundarmos nas temáticas de nossas vidas, por isso é muito bom quando trazemos isso para saraus e rodas de conversa; é o momento de aprofundar e produzir outros saberes e outras formas de compreensão de nossas pautas.

Em maio, pude tomar um café da manhã na casa do Jonathan, e no desenrolar da conversa pontuamos, como estudantes de Pedagogia, a necessidade de descentralizar os conhecimentos por meio dos processos que vivenciamos na academia. Na rua, estamos falando em nossa linguagem, com gírias, palavrões muitas vezes, bebendo uma cerveja, fumando um cigarro, descontraídos. Isso não que não significa que devemos abandonar os livros, mas que devemos fazer essa ponte entre os livros, artigos científicos e a linguagem do povo e as suas manifestações culturais: aqui temos o rap.

Pedi para o Jon me enviar uma narrativa sobre como tem sido sua vivência na casa e suas inspirações, os afetos que lhe potencializam a realizar a luta e estar junto na casa colaborando com o espaço.

A minha participação no movimento, acho que melhor se configura dizendo que eu faço parte de movimentos. Movimentos estes que estão associados diretamente a ressignificação das experiências raciais, isso significa dizer que eu me aproximo de pessoas, organizações, instituições, espaços, diálogos, onde proporcionam um lugar da promoção da igualdade racial. Eu não tenho um movimento fixo, eu não estou institucionalizado e por estar recentemente chegando em Brasília e morando na Ceilândia, foi na Casa Acotirene onde eu encontrei acolhimento o que é algo importantíssimo para essa participação, para esse pertencimento. E esse acolhimento ele se dá por uma identidade, é um espaço composto por pessoas negras que se mobilizam por meio da cultura e para a cultura diante do discurso da igualdade. Eu faço parte desses movimentos ou deste movimento, por conta que eu reconheço as sensibilidades, as mais diferentes desigualdades no que tange as questões raciais no Brasil e eu tenho como propósito, onde estiver, contribuir com quem faça ou fazer. Eu particularmente contribuo com narrativas, força de trabalho, de uma forma mesmo a colaborar para somar com quem está fazendo.

(2019)

Na fala do Jon, vejo que há uma proximidade com o jeito que outros frequentadores da casa pensam, assim como eu. Estar junto no movimento, participar da construção do Sarau, participar das rodas de conversa e ajudar a promover a Casa

tem me feito feliz e me feito entender que existem outros espaços para além dos muros da escola para se fazer educação crítica e uma educação como prática da liberdade.

No mês de julho, as meninas mobilizaram na Casa um grande evento, o Julho das Pretas, um evento que aconteceu em quase uma semana, o qual foram levantadas questões acerca do movimento feminista negro, para tratar especificamente dos assuntos emergentes de mulheres negras, trazendo leituras e mulheres do Distrito Federal. O Julho das Pretas comemorou o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e também o dia de Tereza de Benguela. Não pude comparecer ao evento, mas gostaria de citar três rodas de conversa importantes que aconteceram lá:



Figura 11 — *Roda de conversa sobre ancestralidade com Mãe Francisca de Oyá. Casa Acotirene. 2019.*



Figura 12 — *Roda de conversa sobre escritivências com a escritora Carolina Souza. Casa Acotirene. 2019.*



Figura 13 — *Roda de conversa sobre visibilidade trans e não binária. Casa Acotirene. 2019.*

A Casa Acotirene tem a proposta de realizar um projeto decolonial e também intercultural (WALSH, 2010) e percebe-se que as meninas buscam dar protagonismo para as pessoas negras e LGBTQI+, a fim de trazer os saberes ancestrais do povo negro em uma construção que enxergue as pessoas negras como possibilidades para o futuro, rompendo também com a lógica moderna e racional. As próprias meninas da Casa Acotirene entendem a necessidade de romper com a colonialidade de saber, buscando o pluralismo epistêmico (ESCOBAR, 2012; WALSH, 2010; SOUSA, 2005).

Nos movimentos da casa são acionados outros saberes, cosmologias (ligadas ao terreiro); outras formas de ser e estar no mundo. Quando as meninas pensam em questões ligadas ao afrofuturismo, encontro da ancestralidade africana com a tecnologia, pensando a possibilidade de existir um futuro com pessoas negras, suas cosmologias, ontologias e mitologias, estão acionando outros sistemas de conhecimento, outros sujeitos políticos e epistêmicos (ZAKS; REIS DA SILVA, 2017).

A seguir seguem algumas fotos da Casa Acotirene de meu arquivo pessoal, tiradas no ano de 2019:



Figura 14 — Casa Acotirene. Nathália Dezidério. 2019.

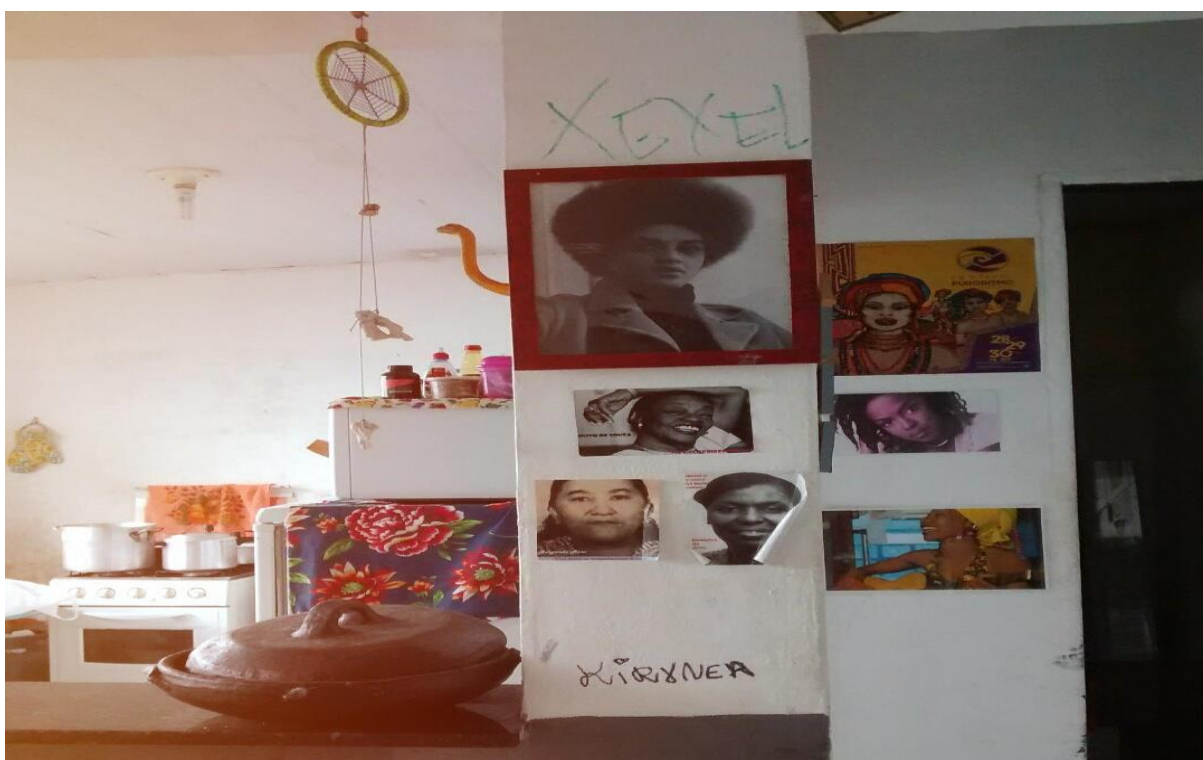


Figura 17 — Casa Acotirene. Nathália Dezidério. 2019.

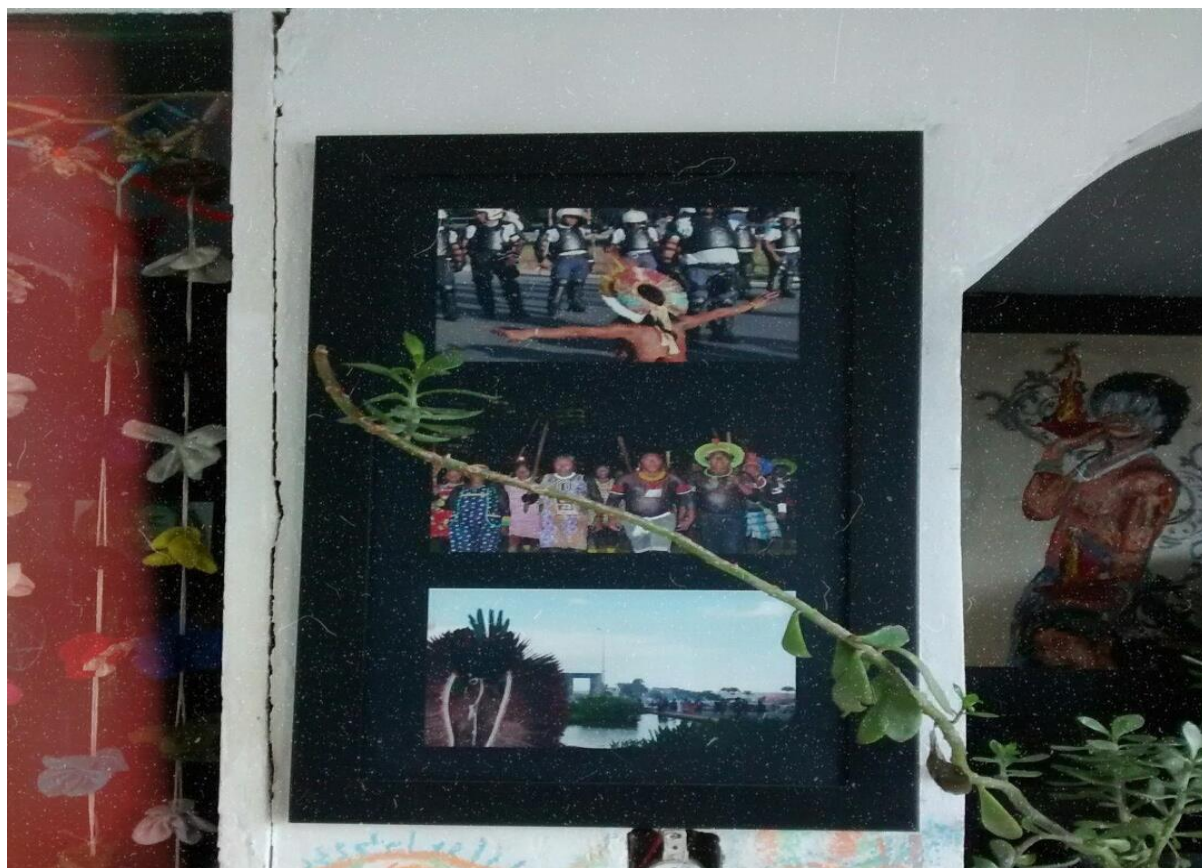


Figura 18 — Casa Acotirene. Nathália Dezidério. 2019.



Figura 19 — Casa Acotirene. Nathália Dezidério. 2019.

JOVEM DE EXPRESSÃO

Para falar do Jovem de Expressão, tomo como partida uma pesquisa documental do Anuário de 2017, que traça a história do projeto, em comemoração aos seus dez anos. Em 2019, o projeto vai comemorar doze anos de existência no território educativo da Praça do Cidadão na Ceilândia Norte. De acordo com o anuário A Juventude como Protagonista, o programa fomenta a transformação social e o fortalecimento da diversidade cultural do país, entendendo que o desenvolvimento social, econômico e político do país está ligado aos movimentos da juventude. A gestão do programa é compartilhada com o RUAS.

O Jovem de Expressão funciona sobre dois eixos:

1) **Fala Jovem**, com base na terapia comunitária, na promoção da saúde mental e emocional dos jovens.

2) **Expressão Jovem**, na oferta de oficinas culturais em metodologia de arte-educação, economia criativa e capacitação empreendedora.

Durante as oficinas, acontecem rodas de conversa e troca de experiências, com orientação de duas terapeutas do programa. Os temas que foram abordados em 2017 foram violência intrafamiliar e ansiedade na juventude, dessa forma os jovens puderam encontrar suporte para resgatar sua autoestima e autoconhecimento.

O Fala Jovem é uma tecnologia social baseada na terapia comunitária integrada, espaço onde os jovens têm a oportunidade de vivenciar falas e escutas livres de estereótipos, preconceitos ou julgamentos. O objetivo é promover a saúde mental, emocional e física das juventudes e da comunidade (INSTITUTO CAIXA SEGURADORA, Anuário 2017, p. 6).

A ansiedade é uma problemática comum entre os participantes; há relatos de dificuldade por parte da juventude em alcançar o que almejam. Essa situação gera impotência e inquietação, além da cobrança familiar para acessarem à universidade como se fosse uma obrigação. Como dizem as terapeutas:

As pessoas trazem à roda de terapias temas como violência intrafamiliar. Esse tipo de violência começa pela falta de aceitação e de respeito da família com a orientação sexual dos jovens, expressa por meio da violência física, verbal, abandono, negligência afetiva e financeira (informação verbal, 2019).

Uma outra ação do projeto voltada para a saúde mental dos jovens é o Se Cuida Quebrada, que promove a conscientização da comunidade para a importância do autocuidado. Em 2017, foram realizadas as seguintes ações: Mês da Conscientização Ambiental, com o plantio de uma horta comunitária e implementação de ações de preservação, autocuidado, rodas de conversa, cines-debates e campanhas de arrecadação. Mês da Saúde da Mulher, tendo como tema “Mulheres que transformam a realidade”; Mês da Saúde do Homem, com a conscientização da importância da saúde mental e física dos homens.

O Jovem de Expressão oferece um curso pré-vestibular para a comunidade e atende principalmente quem não tem suporte financeiro para pagar um cursinho privado. Com duração de nove meses, o curso é dividido em dois ciclos: o primeiro com conteúdo voltado para o vestibular e o segundo para o ENEM. Os professores do curso são voluntários e alguns são alunos e ex-alunos da UnB.

Considero de extrema importância a preferência que o projeto dá para professores da própria comunidade, trazendo representatividade para os educandos/as. Eles podem se reconhecer nos professores e fortalecer os laços comunitários. De acordo com o coordenador do pré-vestibular, “assim como os alunos, os professores são o público-alvo desse projeto, muitos vivendo a primeira experiência em sala de aula”.

Estudantes negros e advindos da periferia, quando ingressam em uma universidade pública, estão, de certa forma, transgredindo o sistema, que sempre os deixou afastados de uma escola com qualidade e de uma qualificação profissional que não fosse apenas técnica. Na fala de uma estudante que ingressou no curso de Ciências Sociais da UnB:

Era todo mundo se ajudando. Era maravilhoso. Os professores eram maravilhosos. Eles ajudavam muito e não colocavam aquela pressão de que, se você está fazendo curso agora, você tem a obrigação de passar. Eu fiz meu primeiro vestibular e passei, muito porque esses professores me deram confiança (informação verbal, 2019).

Fui assistir ao jogo da Seleção Brasileira de Futebol Feminino no espaço do Jovem de Expressão e após o jogo pude conversar com duas pessoas. Suas narrativas dialogam muito com a forma com que somos muitas vezes tratados no sistema escolar. A primeira nos mostra que os alunos aprendem em tempos diferentes

e que mesmo o professor sabendo explicar bem um certo conteúdo, ele precisa ter “tato”, ou seja, saber se relacionar e se comunicar com o educando:

Uma das minhas primeiras lembranças na escola foi na terceira série, eu tive um professor branco. Francisco o nome dele, branco, galego dos olhos azuis, e aí um dia ele pediu pra gente fazer uma redação e imaginar qualquer coisa e fazer uma história, e aí eu sempre tive uma imaginação muito fértil, aí eu fiz umas três folhas assim, mas minha letra é muito feia, desde sempre (...). Aí ele pegou minha redação e não quis ler, rasgou as três folhas, jogou em mim e falou: “Cata aí e vai se acostumando, que esse vai ser seu futuro pro resto da sua vida”. Tipo, catar lixo, sabe? O bicho me deu uma ideia dessa, essa foi minha primeira relação, mano, que eu lembro assim, com um professor. Eu chorei horrores, mano, eu tinha uns oito anos. E eu tive a partir de então várias paradas com professores. E eu reparei, mano, eles não são maus professores, eles são ótimos professores, eles ensinam bem, mas eles não tinham o tato de saber que a minha velocidade de aprendizagem era diferente da de outra pessoa (WD; informação verbal, 2019).

Nunca acreditaram de nada de mim, véi, até em passar na UnB, sempre me tiraram de tempo. No meu ensino médio, se liga, no meu terceiro ano (...) eu só podia ficar em quatro pra ir pra o conselho de classe, eu tinha que ficar em três pra poder ir pro conselho, eu tava em quatro, aí eu fui falar com o professor de biologia: e aí, professor, na moral, faz o seguinte: ó, eu vou te falar uma parada, véi. Eu escutei o que você falou, demorou! Eu só não sou boa escrevendo, me faz uma prova oral agora. Se eu acertar as parada tudo, me passa pro conselho, ele falou: “Tá bom”. Ele começou a fazer as perguntas e, véi, eu nunca fui boa disso, eu nem sei por que eu faço Filosofia, porque eu nunca fui boa de escrever, eu sou boa com oralidade e eu nem gosto de falar no meio dos outros (Day; informação verbal, 2019).

A Day propôs ao professor que lhe fizesse uma avaliação oral. Por saber que não iria bem em prova escrita, colocou seu posicionamento sobre um modelo avaliativo hegemônico, realizou sua avaliação e passou. Ingressou no curso de Filosofia da UnB e se pergunta sobre os motivos de fazer Filosofia, que é um curso muito voltado à escrita, pois também tem suas bases na modernidade e na filosofia europeia. Essa estudante sabe da importância de reconhecermos a oralidade como forma de conhecimento.

Pude conversar com a Ray, pedagoga e coordenadora do Jovem de Expressão, e fiz algumas perguntas que puderam nortear a sua narrativa a respeito de como é a experiência dela no projeto. Perguntei se ela se sente parte da comunidade da Ceilândia por trabalhar aqui e lhe questionei sobre os projetos voltados às hortas no espaço da Praça do Cidadão. Em suas próprias palavras:

Eu iniciei o programa aqui no Jovem de Expressão como voluntária, já tem seis anos que eu tô aqui e três na coordenação. Então eu sempre gostei muito

de trabalhos sociais, eu iniciei dentro dos movimento social através do movimento estudantil, eu acho que depois que eu entrei no RUAS eu consegui colocar mais em prática, pois eu acho que o movimento estudantil ainda fica muito engessado algumas coisas e aí eu acho que com o Jovem de Expressão eu me sinto mais real no que eu faço, não tem muito essa separação: Ray, a ideologia dela e Ray no trabalho, não separa, são as mesmas coisas, então aqui eu consigo colocar minhas pautas. Eu acho que o interessante é o impacto; são pequenas coisas que podem fazer total diferença na vida de algum jovem. Quando eu iniciei aqui, eu ainda estava no ensino médio, aí eu fui fazer Serviço Social e no Serviço Social eu pagava aí nesse processo de fazer Serviço Social eu passei pro PROUNI pra fazer Pedagogia e aí quando eu passei pra Pedagogia eu pensei que eu ia estar fugindo um pouquinho do foco da área social, mas aí eu percebi como a Pedagogia tem tudo a ver com a questão social, a educação ela é fundamental. Todos os espaços não formais são espaços de formação que ainda não é um espaço que é considerado, que ainda não é visto como formação. Então eu vejo muito essa questão de estar atuando como educadora, mas não de uma forma engessada. Quando eu vim pra cá eu era da Santa Maria. Eu me sinto mais da Ceilândia do que da Santa Maria, eu já morei na Ceilândia e aí eu voltei pra Santa Maria por conta da minha família, mas assim, eu não conheço nada lá onde eu moro, então eu vivencio muito a Ceilândia, eu conheço pessoas da Ceilândia. Uma das nossas pautas é a ocupação de espaços públicos e de reconhecimentos de espaços, então eu entendo que o meio ambiente vai além das plantas. Então, a partir do momento que a gente está numa praça e a gente traz atividades pra dentro dessa praça a gente tá cuidando desse espaço, mas essas questão mais de plantas é assim, a gente precisa de gente que é da área... fizeram a horta, aí passaram pra gente o rolê, a gente tentou fazer, mas não tinha ninguém pra falar: “Essa plantinha aqui tem que parar de molhar, ou ela tem que molhar mais”, essa questão de manter. Tem que criar o formato daqui, entende? (RAY; informação verbal, 2019).

O que mais me chamou a atenção na fala da Ray é sua preocupação em manter seu posicionamento teórico e ideológico coerente com sua prática educativa, muito falado por Paulo Freire: criticar e refletir sobre o mundo para então transformá-lo. Como ela acredita que nesse espaço pode transformar ainda mais a realidade, visto que no espaço do Jovem são abordadas temáticas transversais que conversam com a realidade dos educandos. É aí que outras pedagogias de resistência são realizadas: aulas preparatórias para o vestibular, as aulas de idiomas, as oficinas, as rodas de conversas, os saraus, a dança de rua, o *rap*, tudo integrado à realidade concreta da juventude ceilandense. Desde a quantidade do conteúdo que precisamos estudar para realizar o vestibular, até um bate-papo no banco sobre temas geradores que permeiam nosso cotidiano.

Gostaria de fechar esse percurso pelo Jovem de Expressão trazendo um pouco do Sarau Vozes Ancestrais que aconteceu esse ano, fechamento da exposição “O corpo da mulher indígena no contexto urbano”, na galeria Risofloras do Jovem de Expressão. O Sarau Vozes Ancestrais uniu mulheres indígenas e mulheres negras,

em que puderam trazer as experiências em diálogo com a ancestralidade. Um processo de educação intercultural e decolonial no qual mulheres se reuniram para expressar as questões que permeiam suas vidas em meio à interseccionalidade de serem indígenas, negras e mulheres LGBTQI+. Processo esse que considero bastante transgressor e permeado de conhecimentos sistematizados por saberes tradicionais.

O Jovem de Expressão é esse espaço onde se encontra a diversidade, o acolhimento, a lógica da *quebrada*, pedagogias construídas na base, por terem em sua gestão pessoas que vivem a realidade da periferia e que reconhecem a necessidade de estar junto à juventude, reconhecendo sua importância, seu protagonismo intelectual e os conhecimentos que produzem. A Praça do Cidadão é um lugar vivo, ambiente com muitos grafites que colore e traz a beleza para a praça, em que o cinza e o concreto misturam-se ao colorido da arte política, que é o grafite.

Além disso, o Jovem de Expressão é o lugar de encontros e experiências. De fato, o que vemos é um projeto em que muitos diriam ser mais voltado para o *rolê* cultural, todavia tenta também romper com o binarismo cultura-natureza, visto que a Natureza também está implicada nos projetos culturais. Verificamos isso na própria ocupação do espaço público e transformação desse espaço para um uso mais apropriado e útil, considerado pela juventude (STEIL; CARVALHO, 2014).

Pode-se dizer que os jovens que frequentam o projeto são sujeitos ecológicos, que colocam significados no mundo por meio da cultura (CARVALHO, 2013). Quando estão inseridos no ambiente da Praça do Cidadão, atuam sobre a gestão do espaço, ajudando na manutenção, já que, para o projeto continuar existindo, é importante que eles participem das oficinas, rodas de conversa e colaborem com a movimentação na praça. O próprio grafite e as exposições de arte na galeria Risofloras transforma o lugar da Praça do Cidadão em um lugar vivo de culturas-naturezas.

Em conversa com a Ray, coordenadora do projeto, nos questionamos sobre a realização de uma horta no espaço, com o objetivo de deixa-lo mais verde. O que entendemos por verde é diferente do verde como paisagismo, como nos jardins do Plano Piloto. Acontece que esses espaços verdes, assim instituídos, fazem parte desse modelo de cidade moderna, onde cada coisa tem seu lugar pronto e as plantas são escolhidas de acordo com a estética e não com a sua utilidade. Na perspectiva de outras ecologias (STEIL; CARVALHO, 2014), compreendo que o local da Praça do Cidadão não está menos bonito por não ter um lindo jardim na praça, ou por não ter

uma horta urbana, até mesmo porque a *pegada* da juventude que frequenta o local não é tanto de horta, e devemos reconhecer isso. O grafite colorindo as paredes e a ocupação do espaço já faz com que a juventude esteja presente naquele ambiente.



Figura 15 — *Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão*. Gurias na Mídia. 2019.



Figura 21 — Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão. Gurias na Mídia. 2019.



Figura 2 — Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão. Gurias na Mídia. 2019.



Figura 16 — Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão. Gurias na Mídia. 2019.



Figura 24 — Sarau Vozes Ancestrais no Jovem de Expressão. Gurias na Mídia. 2019.

5.2 DIALOGANDO COM OS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA

FILHAS DA TERRA

Entrei em diálogo com o Coletivo Filhas da Terra quando conversei com a Larissa sobre meu trabalho como educadora ambiental. Vi que partilhamos de um desejo, que é fomentar a permacultura, agroecologia, bioconstrução e gestão de resíduos sólidos na Ceilândia. Ela, já dentro desses processos, começou a me contar sobre o Coletivo e a OnG das quais faz parte e como levam para o Sol Nascente oficinas para crianças e adolescentes na Casa da Natureza. Estudante de Serviço Social na UnB, pedi a ela me contasse o que a mobiliza participar destas ações:

Eu faço parte do Coletivo Filhas da Terra, que tem por objetivo a educação ambiental no DF. Recentemente, eu fui nomeada para presidência da ONG CPCAM (Centro de Preservação e Conservação Ambiental), que é responsável pela Casa da Natureza localizada no Sol Nascente, que é um espaço voltado para oficinas, brincadeiras, formações políticas, reforço escolar, aulas de música. Atuo na área de educação ambiental promovendo por meio de ações comunitárias em parcerias com movimentos sociais e comunidade local. Acredito que seja muito importante esse tipo de ações principalmente nas periferias, o acesso à informação e principalmente na área ambiental não chega na gente. O capitalismo nos distanciou da nossa realidade, de que não estamos no meio ambiente, nós fazemos parte dele, se destruímos o local em que vivemos, estamos nos destruindo. A cada dia mais somos envenenados por mais agrotóxicos para suprir a demanda de consumo do capitalismo, cada dia perdemos uma parte das nossas florestas, nossas nascentes, cada vez mais produzimos lixo e o debate acerca da redução e reutilização do lixo começou a ser realmente debatido muito recentemente. Eu, pelo menos, tenho consciência de algumas ações minhas, porém o acesso à informação é falho. Eu não sabia o que era compostagem ou como reutilizar algumas coisas, mas aprendi com o tempo e acredito que aprendizado é pra ser passado pra outra pessoa. Da mesma forma que eu não sabia e aprendi, qualquer pessoa tem o direito de saber que algumas atitudes, nem que sejam pequenas, diminuem o impacto que temos no meio ambiente e que por meio dessas microatitudes e microações reverteremos. Que são por meio de hortas comunitárias para que as pessoas tenham acesso a um alimento sem veneno, por meio do diálogo entre teu brother falando que aprendeu a reutilizar uma parada e também por meio de plantio de árvores a gente contribui com a nossa qualidade de vida. O Plano é cheio de árvores, lixeiras para todos os lados, é uma cidade limpa, enquanto a Ceilândia foi uma ocupação sem estrutura, então não teve um planejamento de arborização e estrutura. Conheço um senhor aqui da quebrada que plantou muitas árvores da via principal da Ceilândia Sul e acredito que nos lugares que tem árvores, foram a maioria os moradores que plantaram. Essas coisas me motivam, eu vejo que aqui juntos conseguimos fazer nem que seja um pouco com a falta de acesso à informação, a uma qualidade de vida mais adequada e diminuir o impacto ambiental que causamos no meio ambiente (informação verbal, 2019).

A fala da Larissa traz muito do debate que a educação ambiental gera sobre o acesso à informação, a qual detemos pouco e que, quando chega, chega sem ter uma boa qualidade. Ela mostra o esforço próprio de ir buscar conhecimento sobre diversos temas que podem ser abordados em oficina de educação ambiental, como compostagem e as hortas urbanas para a promoção de uma alimentação de qualidade. A OnG da qual ela faz parte fica no Sol Nascente, considerada a maior favela da América Latina. Onde o saneamento básico tem chegado pouco e onde vivem famílias em situação de grande vulnerabilidade social, dentro de Ceilândia. Mesmo dentro de um discurso preservacionista da questão ambiental, a Larissa faz a crítica sobre a visão dominante que enxerga a natureza como algo distante da cultura. Ela consegue entender que também somos parte da natureza. Destaco também a crítica que ela faz ao modelo capitalista e seu sistema econômico que usa a natureza como recurso.

O trabalho na Casa da Natureza leva à comunidade mais vulnerável e carente a possibilidade de subverter a lógica e realizarmos resistências no campo ambiental. Que dizer, discutir com a comunidade a importância de fazermos a gestão de resíduos, a compostagem como opção para produção de adubo para a própria horta e o plantio do nosso próprio alimento e ervas medicinais. Ainda, promove a autonomia alimentar e o cuidado com a saúde com base nas ervas para não depender dos alimentos envenenados do agronegócio. Isso é fazer uma mudança não somente em prol da preservação ambiental, mas da justiça ambiental, para qualidade de vida e conscientização política, refletindo sobre a serviço de quem está o uso de agrotóxicos e sobre os alimentos industrializados cheios de açúcar e glutamato monossódico, que se juntam a um serviço público de baixa qualidade e a planos de saúde caríssimos.

Nessas experiências narradas e nas atividades educativas da Casa Natureza, configura-se um projeto de ecologia popular. Reivindicam mais informações e conhecimentos para a comunidade, na intenção de minimizar os danos causados pelas desigualdades sociais no Distrito Federal. Assim, o que temos como ecologismo dos pobres/ecologia popular não é, *a priori*, uma reverência sagrada à Natureza e, sim, o interesse nela como questão de sobrevivência, preocupando-se não necessariamente com o futuro das outras gerações, mas com a sobrevivência dos humanos pobres de hoje (ALLIER, 2007).

Por meio de um espaço educativo, também uma casa, as educadoras buscam trazer o entendimento sobre horta comunitária, compostagem e resíduos sólidos. O

ecologismo dos pobres também se encontra na periferia de Ceilândia como luta por justiça ambiental, quando percebemos que a narrativa acima mostra que já existe um entendimento dos conflitos envolvendo racismo e injustiça ambiental na periferia (PACHECO; FAUSTINO, 2013).



Figura 17 — *Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente*. Coletivo Filhas da Terra. 2019.



Figura 18 — *Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente*. Coletivo Filhas da Terra. 2019.



Figura 19 — *Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente*. Coletivo Filhas da Terra. 2019.



Figura 28 — *Oficina de Horta na Casa da Natureza no Sol Nascente*. Coletivo Filhas da Terra. 2019.

OCUPA CACHU SOL NASCENTE

Por meio das redes sociais, tive acesso à denúncia que a Talia fez a respeito dos resíduos sólidos que estão contaminando a cachoeira do Sol Nascente e, com ela, como sugere o próprio nome, as nascentes do local. Comecei a participar do grupo no WhatsApp e passei a ver as questões que a comunidade tem colocado ali. Fui convidada pela Talia para uma reunião a respeito da situação da cachoeira, para que pudéssemos traçar um plano de mobilização da comunidade que mora nas suas proximidades e que também a frequenta.

Na reunião, estivemos presentes Talia, uma moça estudante do curso Técnico em Gestão Ambiental e a Larissa. Pautamos a urgência de tratar de uma cratera que tem se formado na entrada da trilha e de fazer uma análise para saber o nível de contaminação da água. As meninas deram uma ideia muito interessante, que é a possibilidade de criar um ponto turístico no Sol Nascente, para que as pessoas possam frequentar o local. A ideia não é de preservar e deixar o local fechado, pois nós gostamos de frequentar cachoeiras, mas de realizar um trabalho educativo por

meio do qual as pessoas sintam-se corresponsáveis por esse bem comum. Contudo, o maior problema é que não é apenas a questão dos resíduos deixados pelos frequentadores do local, mas sobretudo a falta de saneamento básico no Sol Nascente, que impossibilita uma correta gestão de resíduos sólidos.

No dia da reunião, também conversamos sobre a necessidade de realizarmos um trabalho mais amplo, com mutirões para a coleta de resíduos e principalmente a responsabilização dos órgãos públicos na gestão dos resíduos no Sol Nascente. Dialogamos com os moradores no intuito de envolvê-los no compromisso da coleta, levando os resíduos para o Papa Lixo, local que o SLU (Serviço de Limpeza Urbana) disponibilizou para a coleta. Em diálogo com o movimento, pedi para que a Talia me explicasse melhor sua atuação nesse projeto, como ela enxerga esses danos ambientais próximos à sua residência e o que a impulsionou a realizar o movimento junto à comunidade.

Eu tenho 21 anos, sou moradora do Setor Sol Nascente, que fica na Ceilândia, e hoje é a maior favela da América Latina, e aqui na capital né. Aqui onde eu moro tem uma grande região que é Cerrado ainda. O setor tá crescendo muito rápido, né, porque é invasão. A galera tá indo invadindo mesmo o cerrado e construindo suas casas de forma irregular, de forma desestruturada, e o governo não tem dado, assim, tanta atenção e não tem dado o suporte necessário para todas essas pessoas que moram aqui. A vinte minutos da minha casa tem algumas cachoeiras e várias nascentes de água, fora a fauna e a flora, né, do Cerrado, e há um pouco mais de um ano, um ano e meio eu criei um grupo no WhatsApp no qual inicialmente o intuito era fazer a limpeza dessa cachoeira para que a gente pudesse utilizá-la, preservar lá e que ela se tornasse um lugar de lazer para própria comunidade e para toda comunidade do DF que quisesse dar um rolê na cachoeira e no mato e teria, né. Tem essa cachoeira para a gente poder utilizar de forma consciente. Eu fiz esse grupo, o nome desse grupo é Ocupa Cachu Sol Nascente, e hoje ele tá contando aí com umas 50 pessoas voluntárias para a coleta desse lixo. Só que há pouco mais de três meses eu entendi que apenas recolher o lixo não é solução, porque o problema é muito mais estrutural, o problema é muito mais social, não é só ambiental. Antes de chegar no ambiental, tem todo um processo de que aqui a gente não tem coleta de lixo, aqui não temos saneamento básico, não temos rede de esgoto em redes fluviais, e acaba que todo esse lixo, toda essa água da chuva, tudo isso acaba indo para as nascentes, indo para a cachoeira. E aí, agora não somente eu, mas algumas pessoas estão tentando estruturar esse projeto de uma forma melhor para que a gente consiga não só preservar cachoeira, mas fazer ações de conscientização da comunidade, de educação ambiental, formas para que esse lixo não chegue lá e para que as pessoas quando chegar a ir até lá não deixe seu lixo, né, lá na cachoeira. Não tá fácil, né, porque, como eu disse antes, é algo muito estrutural, então a gente precisa desconstruir tudo isso que a gente aprendeu, toda essa forma de a gente lidar com o nosso lixo, com o nosso consumo e depois a nossa forma de lidar com o meio ambiente, com a nossa casa que é Mãe Terra, que a Natureza, que é o Planeta Terra. O projeto tá indo em frente né, entre todas as outras demandas, né, do nosso dia a dia, acaba que tá demorando muito mais do que eu gostaria que demorasse. Mas é isso, não é só aqui no Sol Nascente,

a gente tem várias e várias cachoeiras, várias e várias nascentes, vários e vários animais e plantas nativas do Cerrado que precisam ser salvos que precisam ser protegidos, que precisam ser preservados e que precisam estar em harmonia com a comunidade local e com qualquer um que venha a adentrar nesse espaço (informação verbal, 2019).

Pelo que eu percebo, a preocupação das instâncias governamentais com a preservação de áreas de mananciais é apenas quando se trata de áreas próximas ao Plano Piloto e onde moram as classes média e alta do Distrito Federal. Quando ocorreu a Campanha de Erradicação de Invasões, evidenciamos que o governo não se preocupou com áreas em Ceilândia, que também poderiam ser degradadas. E hoje, com a existência do Sol Nascente, não se preocupa em realizar uma coleta seletiva adequada que possa abarcar toda a comunidade e tampouco promove, por meio do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, uma educação ambiental de qualidade. De acordo com a população que vive no Sol Nascente, podemos identificar que as discriminações raciais definem quem serão os injustiçados e os privilegiados (PACHECO; FAUSTINO, 2013), com maior qualidade de vida e com acesso a saneamento básico, que é o mínimo.

Devemos reivindicar do poder público melhores condições de saneamento básico para a população do Sol Nascente, no entanto, sabemos que pouco podemos esperar das autoridades governamentais, ainda mais nesta atual gestão neoliberal. E, nesse caso, uma comunidade fortalecida, que possa defender seu território, é fundamental para manter a área ocupada pela população, em meio à grande especulação imobiliária que ocorre no Distrito Federal e nas regiões do entorno, onde áreas de cachoeira têm sido privatizadas.

Dessa forma, a comunidade precisa estar consciente dos processos de injustiça e racismo ambiental (ACSELRAD, 2004; LEROY, 2013; ALLIER, 2007). Para realizar uma mediação educativa em busca da transformação da realidade em questão, encontro em (FREIRE, 1996) uma maneira de colocar em diálogo os saberes cotidianos da vida nesses lugares com os conteúdos aprendidos na escola, instituídos na realidade e que vão ao encontro de uma reflexão crítica da realidade:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má

vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. (Paulo, FREIRE; 1996, p. 15)

As ações que acontecem na Casa da Natureza e no Sol Nascente somam forças ao grupo Ocupa Cachu Sol Nascente, e isso é bastante interessante, porque esses movimentos de resistência e de defesa do território são protagonizados pelas mesmas pessoas que frequentam os espaços, fortalecendo ainda mais a luta e esses processos. Vejo que um dos pontos mais positivos de todo esse processo tem sido justamente a mobilização que a juventude realiza em torno da importância de melhorarmos nossas vidas aqui em Ceilândia.

Vamos mobilizar a comunidade para a construção de uma gestão coletiva e adequada dos resíduos, com a finalidade de diminuir as mazelas do sistema econômico capitalista que nos afeta, pensando em nossa sobrevivência. Isto é, nossa tarefa como educadores deve ser fomentar uma conscientização coletiva, de modo que possamos entender que nossa luta e resistência é contra o sistema econômico vigente no qual estamos inseridos. Nele, os mais afetados são os povos indígenas, quilombolas, demais povos tradicionais e também os moradores de periferias urbanas.



Figura 20 — *Sol Nascente*. Talia – Ocupa Cachu Sol Nascente. 2019.



Figura 30 — *Sol Nascente*. Talia – Ocupa Cachu Sol Nascente. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de, durante minha trajetória acadêmica eu ir em busca de um aprofundamento em outros olhares, diferentes do que é comum na academia e no âmbito da Pedagogia, esse tema de pesquisa me foi desafiador do ponto de vista teórico. Foi preciso também abrir meu olhar para outras leituras e outras abordagens a respeito das epistemologias ecológicas, mas acredito que consegui mostrar como todos esses debates adentram nas vivências da periferia e como é importante pensar assim para nos desprendermos dos debates hegemônicos sobre como resolver os problemas ambientais. Entendendo, por exemplo, os problemas que acontecem nas periferias urbanas como parte das injustiças e racismo ambiental que acontecem no Brasil e em outros países do sul global (PORTO-GONÇALVES 2012).

Subvertendo essas lógicas de cidade feia e violenta, vemos uma juventude engajada na realidade, realizando práticas com a finalidade de viverem em um lugar melhor. Sinto de todo meu coração que Ceilândia é muito amada e valorizada por essa juventude. *Quebrada* é palavra de ordem e de afeto. As epistemologias ecológicas realizadas pelo Coletivo Filhas da Terra e pelo Coletivo Ocupa Cachu Sol Nascente demonstram que a juventude está ciente de que o Estado não tem o intuito de realizar melhorias no âmbito da educação ambiental. Assim, as mulheres, protagonistas desses movimentos, buscam se informar, estudar e criar ações por conta própria e coligando com outros amigos que querem realizar estas construções.

Considero fundamental destacar o protagonismo de mulheres nesses projetos e movimentos, pois maioria das narrativas e experiências descritas neste trabalho são idealizadas e coordenadas por mulheres. Na conversa que tive com essas dirigentes, elas falaram do compromisso que carregam em dialogar com a comunidade, levando em consideração a linguagem dos sujeitos que participam dos processos e também seus conhecimentos já construídos ao longo de suas vidas. “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, disse (FREIRE, 1996).

Os territórios e os coletivos considerados neste trabalho, como o Jovem de Expressão e a Casa Acotirene, são bastante respeitados dentro da comunidade, pois estão em diálogo com a juventude, algo que considero um dos pontos fortes dessas experiências. O Jovem de Expressão, em particular, tem trazido excelentes contribuições por ser um projeto que já está consolidado e que vem aproximando a

juventude dos espaços públicos e empoderando essa galera toda a realizar seus próprios feitos.

Temos vivido momentos difíceis na conjuntura atual, mas, ao mesmo tempo, o que vemos são jovens realizando diversas ações na troca de saberes, reconhecendo a importância do outro e de estar junto na luta. A primeira vez que realizei uma oficina no Jovem de Expressão eu me senti totalmente acolhida por todos/as, sem exceção.

Nos saraus da Casa Acotirene, onde o palco é livre, podemos comunicar nossas dores, saberes, conhecimentos próprios e também nossos trabalhos profissionais e estudos acadêmicos. Em um dos saraus, um rapaz me chamou para conversarmos sobre as ecologias de terreiros e foi extremamente interessante, esse diálogo. Assim, vejo que vários aspectos se cruzam nesses territórios. As epistemes que produzimos aqui são totalmente diferentes de linearidade do conhecimento científico que tentam nos impor, pois há um cruzamento de saberes, ideologias e lógicas próprias de vida.

Há, de fato, pessoas construindo projetos contra a hegemonia capitalista e centralizadora do Plano Piloto. O que mostramos é que queremos descentralizar a cultura e as discussões ecológicas, descentralizar as ecologias hegemônicas, trazendo-as para dentro da periferia, colocando em perspectiva nossas dinâmicas de vida e construindo outras abordagens pedagógicas e educacionais. Dessa forma, podemos nos engajar criticamente na realidade, realizar construções transgressoras, colocando nossos debates em evidência para que possamos viver melhor e em “um bom lugar”, como já cantou o maestro do Canção, Sabotage.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.
- ALLIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**. Contexto. 2007.
- BARROS, Manoel de. **Tratado geral das grandezas do ínfimo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação, Natureza e cultura: ou sobre o destino das latas**. In: ZARZKZEWSKI, S.; BARCELOS, V. (orgs) Educação Ambiental e compromisso social: pensamentos e ações, Erexim, EdiFAPES. 2004.
- CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2016
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2013.
- HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: **A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.
- HOOKS, Bell. **O amor como prática da liberdade**. hooks, bell. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge. 2006.
- INSTITUTO CAIXA SEGURADORA. **Jex. A juventude como protagonista. Anuário**. 2017.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Editora Schwarcz S.a., 2015.
- OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. **Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas**. Univ. Hum., Brasília. 2008.
- PELUSO, Marília Luiza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano: as representações sociais da moradia na cidade satélite de Samambaia/DF**. São Paulo, 1998.
- PORTO, Marelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2013.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A ecologia política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e a Reivenção dos Territórios**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis. 2012
- STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **EPISTEMOLOGIAS ECOLÓGICAS: DELIMITANDO UM CONCEITO**. Mana. 2014.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Crise Ecológica: a deserção do espaço comum.** Educação & Realidade. 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. Visão Global, Joaçaba. 2012.

ZAKS, Ana Júlia Baros Farias; REIS da Sila, Ana Tereza. **Narrativas de Resistência: ensinamentos do caso Guarani e Kaiowá para uma Educação Ambiental Intercultural.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Edição especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental. 2017.

ANEXOS



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa "Epistemologias, ecologias e pedagogias de resistência em Ceilândia" que faz parte da monografia para de Nathália Dezidério Ramos Coêlho, matrícula 14/0029427, com orientação da professora Dra. Ana Tereza Reis da Silva. O objetivo da pesquisa é compreender quais são as epistemologias ecológicas e pedagogias de resistência construídas na Ceilândia e o que mobiliza a juventude nesta construção.

Logo abaixo há a pergunta se aceita participar desta pesquisa, caso afirmativo o (a) pesquisado (a) cederá os direitos à pesquisadora para o uso das narrativas que serão analisadas na pesquisa, bem como as publicações advindas desse processo. Também pergunto se você gostaria de ser identificado nesta pesquisa, respondendo sim ou não, caso a resposta seja não, você não será identificado com nome próprio. Quando o trabalho for publicado, você terá acesso a leitura do mesmo. Para qualquer esclarecimento, seguem os contatos da pesquisadora:

Nathália Dezidério Ramos Coêlho - 98219674

Você pode ser identificado nesta pesquisa? *SIM*

Assinatura: *Wilson P. de Morais*

Você pode ser identificado nesta pesquisa? *SIM*

Assinatura *Joana Branda Cordeiro*

Você pode ser identificado nesta pesquisa? *SIM*

Assinatura *Rayane da S. Soares*

Você pode ser identificado nesta pesquisa?

Day

SIM

Assinatura Dayne Cruz Gomes

Você pode ser identificado nesta pesquisa? Sim

Assinatura Jusienne Costilho

Você pode ser identificado nesta pesquisa? Joice e Sim

Assinatura Jaedene Marques Pereira

Você pode ser identificado nesta pesquisa? Sim

Assinatura Talia Ribeiro da Silva

Você pode ser identificado nesta pesquisa? Sim

Assinatura Jonathan Gonçalves Dutra da Silva

Agradecemos sua colaboração

Brasília-DF, Agosto de 2019.